



MINISTÉRIO DA DEFESA
Esplanada dos Ministérios, Anexo I ao Bloco O, 2º andar, sala 219, CEP: 70049-900
Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF
Telefone: (61) 2023-5422 - E-mail: nupreg@defesa.gov.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2020

PROCESSO Nº 60220.000586/2019-68

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Ministério da Defesa (MD)/Departamento de Administração Interna (DEADI), por meio da Coordenação de Licitações (COLIC), sediado na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco "O", sala 219, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70052-900, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, modo de DISPUTA ABERTO com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 15 de setembro de 2020.

Horário: 09h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação para serviço de **instalação e configuração de equipamentos adquiridos pelo Ministério da Defesa (MD), no mercado internacional, para os hubs X1 e X3, bem como a atualização de licenças adquiridas para os modems dos hubs X1, X3, Ku e Terminais Satelitais (TS), e a customização do software de Monitoramento e Controle (M&C) nos hubs X1 e X3, contemplando serviço de instalação, configuração, testes, atualização e prestação de suporte técnico especializado, bem como capacitação e treinamento durante o período de vigência contratual**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 4 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

2.1.1. Dotação Orçamentária de 2020:

2.1.2. Órgão/Unidade 52101 - Ministério da Defesa;

2.1.3. Programa de Trabalho do MD 05.122.0032.2000.0001 – Administração da Unidade;

2.1.4. Natureza de Despesa: 33.90.40-13: Comunicação de Dados e Redes em Geral.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)
- 4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 4.6.1. que não ultrapassei o limite de faturamento e cumprio os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida lei;
 - 4.6.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 4.6.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 4.6.4. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 4.6.5. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.6.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.6.7. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
 - 4.6.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.6.9. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com **os documentos de habilitação exigidos no item 9 do edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 6.1.1. valor unitário e total do(s) item(ns);
 - 6.1.2. Marca/modelo (se for o caso);
 - 6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes às especificações do Termo de Referência e indicando, no que for aplicável, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente;

6.1.4. A Proposta deverá ser preenchida em conformidade com o “Modelo da Proposta de Preços” constante no Apêndice V do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.3.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.3.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento,e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.2.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no Sistema de Compras Governamentais – CATMAT/CATSER e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão as do Anexo I (Termo de Referência).

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, **deverá ser de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento)**

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. Ao formular seu lance, o licitante deverá evitar que os valores unitários e totais extrapolem o número de duas casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor, no valor cotado.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.26.1.1. prestados por empresas brasileiras;

7.26.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2. **Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro deverá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.**

8.2.1. **Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006 (Acórdão 2134/2013 Plenário).**

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.3.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.3.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.3.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.3.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018- TCU- Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.3.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.3.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3.4.1.2. apresentar um ou mais valores que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, conforme previsto no § 9 do art. 26 do Decreto 10.024/19, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

8.7.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, que resulta da aplicação de penalidade com base na Lei nº 12.846, de 2013** (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>)

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4.1. Havendo a solicitação de documentos não-digítas, serão aceitos, para tais fins, documentos apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.10.3.1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Os critérios de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.11.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar o atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, de acordo com o Apêndice VII - Modelo Declaração de Visita Técnica OU declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Ministério da Defesa, na forma do Apêndice VIII - Modelo Condições e Peculiaridades;

9.11.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento dos serviços em características da solução objeto do Termo de Referência, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com os itens pertinentes, por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

9.11.3. No(s) Atestado(s) devem estar explícitos:

9.11.3.1. CNPJ e nome da licitante;

9.11.3.2. A identificação da pessoa jurídica que está fornecendo o Atestado;

9.11.3.3. A especificação dos serviços executados; e

9.11.3.4. Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão.

9.11.4. Poderá ser necessário diligenciar a Pessoa Jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o serviço prestado.

9.12. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do

vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.20.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS

10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO**, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Será exigida a prestação de garantia pela CONTRATADA, a ser prestada no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do contrato, como condição para a celebração do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

13.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

13.1.2. Seguro-garantia; e

13.1.3. Fiança bancária.

13.2. o prazo previsto poderá ser prorrogado, por solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, formulada antes do final do prazo estabelecido e formalmente aceita pelo CONTRATANTE;

13.3. a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

13.4. o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993; Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Atualização: Julho/2020

13.5. o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos aplicar sanções à CONTRATADA;

13.6. não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, como a responsabilidade por multas, nem tampouco a apresentação de fiança que não seja emitida por instituições bancárias credenciadas junto ao Banco Central do Brasil;

13.7. no caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal com correção monetária, mediante depósito identificado a crédito do CONTRATANTE;

- 13.8. caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 13.9. no caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar a expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;
- 13.10. no caso de alteração do valor do contrato a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições;
- 13.11. se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada;
- 13.12. após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos ao CONTRATANTE;
- 13.13. a validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período da vigência do contrato, acrescida de 3 meses após o término contratual;
- 13.14. o uso da garantia poderá ser motivado por eventuais impropriedades detectadas durante o uso da solução, neste caso, caberá uma decisão conjunta, devidamente documentada, ressaltando os aspectos positivos ou imprescindíveis que justifiquem as correções. A documentação deverá ser atualizada para refletir eventuais mudanças realizadas;
- 13.15. a garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 13.15.1. prejuízo advindo do descumprimento do objeto do contrato e inadimplência das demais obrigações nele previstas;
- 13.15.2. prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 13.15.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e 13.15.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 13.16. o CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 13.16.1. caso fortuito ou força maior;
- 13.16.2. alteração unilateral das obrigações contratuais;
- 13.16.3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pelo CONTRATANTE; e
- 13.16.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores do CONTRATANTE.
- 13.17. não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item;
- 13.18. o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e aplicar sanções à CONTRATADA;
- 13.19. a garantia somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive no caso de aplicação de multa contratual e satisfação de prejuízos e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art. 56, §4º, da Lei nº 8.666/1993);
- 13.20. a garantia poderá ser estendida no caso de ocorrência de sinistro; Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Atualização: Julho/2020
- 13.21. será considerada extinta a garantia:
- 13.21.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- 13.21.2. no prazo de 3 meses, após o término da vigência, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.
- 13.22. a garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 14.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 14.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 14.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 14.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 14.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 14.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 14.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 14.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 14.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 14.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15. DO REAJUSTE EM SENTIDO RESTRITO

- 15.1. As diretrizes para a aplicação de eventuais reajustes de preços do objeto da aquisição estão descritas a seguir:
- 15.1.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 65º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.1.2. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas

15.1.2.1. Dentro do prazo de vigência do contrato, o reajuste deve ser automático e periodicamente realizado, de Ofício pela Administração Contratante, aplicando-se o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, ou de outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 10 do Decreto nº 9.507, de 2018;

16.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

16.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, I, ambos da IN nº 05/2017;

16.5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.6. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

16.7. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

16.10. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Apêndice I – Especificações Técnicas - item 5.2 - Tabela 1, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.11. A utilização do Apêndice I – Especificações Técnicas - item 5.2 - Tabela 1 não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

16.12. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

16.13. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

16.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

16.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

16.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

16.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

16.18. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso; e

16.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. São Obrigações da Contratante:

17.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

17.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

17.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

17.1.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

17.1.5. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

17.1.6. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

17.1.7. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;

17.1.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.1.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.1.10. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.1.11. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

17.1.12. Efetuar o pagamento à vencedora do certame no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

17.1.13. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança da Administração e endereço de cobrança.

17.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

17.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

17.1.16. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

17.1.17. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto e notificações expedidas;

17.1.18. Nomear o Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

17.1.19. Receber o objeto do certame prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

17.1.20. Notificar por escrito à CONTRATADA a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa;

17.1.21. A CONTRATADA deverá, após a assinatura do contrato, disponibilizar profissionais habilitados a realizar as seguintes tarefas;

17.1.21.1. Execução de Configuração em modem satélite;

17.1.21.2. Instalação de acessórios em modem satélite;

17.1.21.3. Execução e adequação de parâmetros da Cadeia de RF;

17.1.21.4. Elaboração de *Script* em Roteadores CISCO, utilizando roteamento OSPF, QoS e *Call Manager Express*; e

17.1.21.5. Experiência mínima de 02 (dois) anos em instalação, configuração e customização de equipamentos e *softwares* de *switching* e *routing*, com certificação Cisco *Certified Network Associate - Routing and Switching (CCNA-R&S)*.

17.1.22. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis; e

17.1.23. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela vencedora do certame com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da vencedora do certame, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.2. São Obrigações da Contratada:

17.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

17.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

17.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

17.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

17.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

17.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

17.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

17.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

17.2.9. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

17.2.10. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento e em seus apêndices, acompanhado da respectiva documentação, constando a: marca, fabricante, modelo, procedência, entre outras informações necessários ao pleno conhecimento dos materiais que compõem a Solução;

17.2.11. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para o correto funcionamento da Solução prevista no Termo de Referência e em sua proposta;

17.2.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.2.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia contratual, exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.2.14. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

17.2.15. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos, quando aplicáveis: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

17.2.16. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- 17.2.17. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 17.2.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 17.2.19. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 17.2.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 17.2.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram no Termo de Referência, no prazo determinado;
- 17.2.22. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 17.2.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 17.2.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 17.2.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 17.2.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 17.2.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 17.2.28. Acatar, nos termos do parágrafo 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93, as solicitações do CONTRATANTE para acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto contratado;
- 17.2.29. O MD não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- 17.2.30. Abster-se, de qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização da Contratante;
- 17.2.31. A CONTRATADA deverá demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações da Administração Central do Ministério da Defesa por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável;
- 17.2.32. Assinar o Termo de Compromisso, o Termo de Responsabilidade e o Termo de Confidencialidade, conforme anexo;
- 17.2.33. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.
- 17.2.34. A CONTRATADA será responsável pela substituição dos atuais roteadores CISCO 2900 por roteadores CISCO série 4000, que serão fornecidos pela CONTRATANTE. A substituição deverá prever a instalação física do equipamento e sua configuração lógica;
- 17.2.35. A CONTRATADA será responsável por alterar as atuais comunicações via V.35, entre os 20 (vinte) modems CDM-625 e 02 (dois) Roteadores CISCO 2900, dos *hubs* X1 e X3, de forma que sejam substituídas por conexões via porta *Ethernet*. Os módulos *switches* com portas *Ethernet* para os roteadores CISCO série 4000 serão fornecidos pela CONTRATANTE, porém a instalação física, lógica e as alterações de *Script* dos Roteadores serão da responsabilidade da CONTRATADA;
- 17.2.36. A CONTRATADA será responsável por instalar completamente os novos 15 (quinze) modems CDM-625, em cada *hub*, aos seus respectivos Roteadores CISCO série 4000 e *Splits* Dinâmicos de Dados, via porta *Ethernet*. Essa instalação abrange toda a instalação física e configuração lógica. A escrita dos *Scripts* dos Roteadores e *Switches* serão fornecidas pela CONTRATANTE. Na ausência de porta *Ethernet* disponível nos roteadores deste *hub*, a CONTRATADA poderá utilizar um *Switch* para concluir a instalação;
- 17.2.37. A CONTRATADA deverá adequar os parâmetros da cadeia de RF após a incorporação dos novos 15 (quinze) modems em cada *hub*;
- 17.2.38. A CONTRATADA deverá atualizar e configurar todos os modems CDM-625 dos *hubs* X1, X3 e Ku, com *modcod* para operar em *Carrier-In-Carrier* visando obter uma melhor Eficiência Espectral;
- 17.2.39. A CONTRATADA será responsável por instalar completamente as atualizações das licenças nos modems existentes no *hub* Ku e prover o *Split* Dinâmico de Dados, via porta *Ethernet*. Esta ação abrange toda a instalação física e configuração lógica. A escrita dos *Scripts* dos Roteadores e *Switches* serão fornecidas pela CONTRATANTE;
- 17.2.40. A CONTRATADA será responsável pela substituição do atual roteador CISCO 2900 pelo roteador CISCO série 4000, que será fornecido pela CONTRATANTE. A substituição deverá prever a instalação física do equipamento e sua configuração lógica;
- 17.2.41. A CONTRATADA será responsável por alterar as atuais comunicações V.35, entre os 10 (dez) modems CDM-625 e o Roteador CISCO 2900, do *hub* Ku, de forma que sejam substituídas por conexões via porta *Ethernet*. O módulo *switch* com portas *Ethernet* para o Roteador CISCO série 4000 será fornecido pela CONTRATANTE, porém a instalação física, lógica e as alterações de *Script* do Roteador será da responsabilidade da CONTRATADA. Na ausência de porta *Ethernet* disponível nos roteadores deste *hub*, a CONTRATADA poderá utilizar um *Switch* para concluir a instalação;
- 17.2.42. A CONTRATADA deverá atualizar e configurar cada modem CDM-625 dos TS, a fim de permitir o tráfego de dados e gerenciamento pela porta *Ethernet* e possuir *modcod* para operar em *Carrier-In-Carrier*;
- 17.2.43. A CONTRATADA deverá substituir a comunicação atual, por meio da porta serial V.35, entre o modem COMTECH do TS o seu Roteador CISCO por conexão via porta *Ethernet*. Esta ação abrange toda a instalação física e configuração lógica;
- 17.2.44. A CONTRATADA, após realizar todas as alterações e atualizações no modem de um TS deverá estabelecer enlace com os *hubs* X1 e X3 (banda X) ou com o *hub* Ku (banda Ku), realizando os respectivos Testes de Comissionamento para verificar a qualidade de integração de Voz, Dados e Vídeo (Videoconferência);
- 17.2.45. A CONTRATADA deverá seguir as orientações para os comissionamentos dos TS contidas no Apêndice I - Especificações Técnicas;
- 17.2.46. Caso o TS esteja equipado com modem COMTECH, modelos CDM-570 ou CDM-600, a CONTRATADA poderá ter que substituí-lo pelo modelo CDM-625, fornecido e a critério da CONTRATANTE; e
- 17.2.47. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários para as modificações no *software* de M&C dos *hubs* X1 e X3, ou seja, deverá fornecer todos os *hardwares*, inclusive os servidores, *softwares*, licenças, gabinetes, cabamentos estruturados e identificações; e
- 17.2.48. A CONTRATADA deverá manter uma estrutura de suporte, no período compreendido pela garantia contratual, para sanar eventuais problemas (*bugs*) ou melhorias, identificados no decorrer da operação do *software* de M&C customizado.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. O pagamento será efetuado de **forma percentual** para o fornecimento da Solução conforme regras previstas neste Termo, após o recebimento por parte do Gestor do Contrato realizado com base no **Relatório Mensal de Avaliação de Serviços** prestados no período, nos termos do contido no subitem 7.2.1 - Controles Administrativos, do Termo de Referência, e após o recebimento.

18.2.O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE até o **vencimento da fatura, que deve ser o último dia útil do mês subsequente ao mês faturado**, após a apresentação da nota fiscal e/ou nota fiscal eletrônica de serviços, ou de acordo com a data constante na Nota Fiscal, ou no boleto de pagamento, correspondentes ao serviço executado no mês anterior e atestado formalmente pela **CONTRATANTE**;

18.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço;

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26/4/2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como;

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada;

18.7.1. não produziu os resultados acordados;

18.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

18.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

18.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

18.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

18.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

18.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

18.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

18.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

18.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber; e

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- $I = (TX/100)/365$
- I = índice de atualização financeira;
- TX = Percentual de taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e
- VP = Valor da parcela a ser paga.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 não assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

19.1.3. apresentar documentação falsa;

19.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.6. não manter a proposta;

19.1.7. cometer fraude fiscal;

19.2. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

19.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.2. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

19.3.3. Multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.3.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Ministério da Defesa** e com suas unidades administrativas, pelo qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.3.5. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica pelo e-mail nupreg@defesa.gov.br.

20.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.6. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo (§ 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93).

21.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.10. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, qualquer interessado, a obtenção de cópia, mediante o pagamento dos emolumentos devidos, via GRU (art. 32, § 5º da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 4.950, de 9 de janeiro de 2004 e IN nº 2, de 22 de maio de 2009, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)).

21.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.14. Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br e www.defesa.gov.br/licitacoes-e-contratos e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco "O", sala 211, 2º andar - Anexo do Ministério da Defesa, Coordenação de Licitações (COLIC), Plano Piloto, Brasília-DF, nos dias úteis, no horário das 9h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.15.1. Anexo I – Termo de Referência;

21.15.1.1. Apêndice I - Especificações Técnicas;

21.15.1.2. Apêndice II - Modelo do Termo de Compromisso;

21.15.1.3. Apêndice III - Modelo de Termo de Responsabilidade;

21.15.1.4. Apêndice IV - Modelo do Termo de Confidencialidade;

21.15.1.5. Apêndice V - Modelo da Proposta de Preços;

21.15.1.6. Apêndice VI - Modelo de Declaração de Visita Técnica;

21.15.1.7. Apêndice VII - Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições e Peculiaridades;

21.15.1.7. Apêndice VIII - Estudo Técnico Preliminar.

23.15.2. Anexo II – Minuta do Termo de Contrato.

ALEXANDRE CHAVES DE JESUS
Contra-Almirante (IM)
Diretor do Departamento de Administração Interna



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Chaves de Jesus, Diretor**, em 31/08/2020, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **2627440** e o código CRC **79207C9E**.

ANEXO I do Edital

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 13)

1.2. O custo estimado da contratação, constante na Tabela 1, foi obtido a partir de ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 2014:1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação para serviço de instalação e configuração de equipamentos adquiridos pelo Ministério da Defesa (MD), no mercado internacional, para os *hubs* X1 e X3, bem como a atualização de licenças adquiridas para os modems dos *hubs* X1, X3, Ku e Terminais Satelitais (TS), e a customização do *software* de Monitoramento e Controle (M&C) nos *hubs* X1 e X3, contemplando serviço de instalação, configuração, testes, atualização e prestação de suporte técnico especializado, bem como capacitação e treinamento durante o período de vigência contratual, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Descrição / Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade
Serviço de instalação e configuração de equipamentos adquiridos no mercado internacional para os <i>hubs</i> X1 e X3, de atualização de licenças adquiridas para os modems dos <i>hubs</i> X1, X3, Ku e TS, bem como a customização do <i>software</i> de M&C nos <i>hubs</i> X1 e X3.	26492	Serviço	1

Tabela 1 - Objeto e valor médio estimado da Contratação

1.3. A Tabela 2 apresenta os valores obtidos através de Cotação Preliminar:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID.	QTD.	PARAMETRO IV (PREÇO UNITÁRIO)			PREÇO
						RSA ENGENHARIA (RS)	POINTER (RS)	BETATELECOM (SYYS) (RS)	
1	1	Ampliações e Atualizações dos hubs X1 e X3	26492	Serviço	2	540.000,00	1.350.000,00	655.615,83	5
	2	Atualizações do hub Ku	26492	Serviço	1	210.000,00	462.000,00	246.834,04	2
	3	Atualizações e Comissionamento dos TS	26492	Serviço	107	9.500,00	24.950,00	5.440,60	1
	4	Customização do Software de M&C nos hubs X1 e X3	26492	Serviço	2	360.000,00	892.000,00	2.394.696,37	8
O CUSTO TOTAL DESTA CONTRATAÇÃO POSSUI O VALOR DE									

Tabela 2 - Custo da Contratação

2 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN. 01/2019, ART. 14)

2.1.1. Contratação de empresa especializada para realizar o serviço de instalação e configuração de equipamentos adquiridos no mercado internacional para os *hubs* X1 e X3, de atualização de licenças adquiridas para os modems dos *hubs* X1, X3, Ku e TS, além da contratação para a implantação de um *software* de M&C customizado.

2.1 DOS BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO

2.1.2. Os serviços que compõem a solução são:

2.1.2.1. Ampliações e Atualizações nos *hubs* X1 e X3;

2.1.2.2. Atualizações no *hub* Ku;

2.1.2.3. Atualizações e Comissionamento dos TS; e

2.1.2.4. Customização do *Software* de M&C nos *hubs* X1 e X3.

2.1.3. A Tabela 3 apresenta as quantidades de serviços a serem fornecidos para controle na execução do objeto.

Grupo	Item	Descrição / Especificação	CatSer	Unidade de Medid
1	1	Ampliações e Atualizações dos <i>hubs</i> X1 e X3	26492	Serviço
	2	Atualizações do <i>hub</i> Ku	26492	Serviço
	3	Atualizações e Comissionamento dos TS	26492	Serviço
	4	Customização do <i>Software</i> de M&C nos <i>hubs</i> X1 e X3	26492	Serviço

Tabela 3 - Serviços que compõem a solução do Objeto

3 – DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 15)

3.1.1. De acordo com o preconizado no Decreto nº 9.570/2018, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa e altera o Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, o Decreto nº 8.905, de 17 de novembro de 2016, e o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, em seu art. 14, inciso IV do Anexo I, é atribuída à Subchefia de Comando e Controle (SC-1), da Chefia de Operações Conjuntas (CHOC), do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) a responsabilidade de, em conjunto com as Forças Armadas (FA) singulares, prover, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto os Centros de Comando e Controle (CC²) pertencentes ao Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²); **3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 15)**

3.1.2. O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS), cuja responsabilidade de gestão é da Subchefia de Comando e Controle (SC-1) do MD, faz parte do SISMC² e provê o meio de acesso aos serviços necessários ao exercício do Comando e do Controle (C²) nas operações conjuntas e singulares das Forças Armadas (FA);

3.1.3. O SISCOMIS compõe a infraestrutura de comunicações e emprega satélites geoestacionários, próprio e contratados. É responsável por prover a conectividade necessária para o estabelecimento de ligações de voz, dados e imagens que integrem e assegurem um fluxo de informações entre os CC² do SISMC², permitindo sua interligação para atendimento às necessidades das operações conjuntas e singulares de interesse do MD;

3.1.4. O SISCOMIS, no escopo deste Termo de Referência (TR), será dividido em dois segmentos, a saber: Segmento Espaço e Segmento Usuário. O Segmento Espaço é composto pelo(s) satélite(s) e não é foco desta demanda. O Segmento Usuário é composto pelas Estações Terrenas (ET) e pelos TS;

3.1.5. As ET são teleports com a infraestrutura de telecomunicações satelitais para viabilizar o estabelecimento de enlaces com os terminais. O SISCOMIS possui duas instalações desse tipo, a Estação Central de Brasília (ECB) e a Estação do Rio de Janeiro (ERJ). A ECB opera nas bandas X e Ku e está instalada no Destacamento de Telecomunicações por Satélites (DTS), da FAB, onde estão instalados os seguintes *hubs*: dois em banda X, sendo um com antena de 11 metros de diâmetro (*hub* X1) e outro com antena de 9,4 metros de diâmetro (*hub* X2), além de um em banda Ku com antena de 9 metros de diâmetro (*hub* Ku). A ERJ, instalada na Estação Rádio da Marinha do Rio de Janeiro, opera somente na banda X com um *hub* dotado de antena com 9,4 metros de diâmetro (*hub* X3);

3.1.6. Atualmente na banda X, são possíveis 54 enlaces simultâneos com o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1) sendo, 20 enlaces no *hub* X1, 20 enlaces no *hub* X3 e 14 enlaces no *hub* X2. A quantidade atual de TS, na banda X, inventariados no SISCOMIS é de 92 (noventa e três). Portanto, é possível atender a somente 58% da quantidade de TS nesse tipo de banda, o que atende parcialmente à demanda atual de enlaces e não atende à demanda projetada. No *hub* de banda Ku, são possíveis 10 enlaces simultâneos. Tais limitações decorrem da quantidade de modems existentes em cada *hub*;

3.1.7. Em virtude da alta capacidade do SGDC-1, em comparação aos satélites utilizados anteriormente em banda X, constatou-se a possibilidade de estabelecimento de maior quantidade de enlaces simultâneos, o que pode ser realizado pelo aumento da quantidade de modems existentes nos *hubs*, para atendimento a terminais que demandem tráfego constante (*Permanent Assigned Multiple Access* - PAMA, ou *Single Carrier Per Channel* - SCPC), e pela implementação de um sistema de alocação dinâmica de capacidade (*Demand-Assigned Multiple Access* - DAMA), para utilização por terminais que demandem tráfego variável, permitindo assim melhor aproveitamento dos recursos satelitais;

3.1.8. O sistema DAMA encontra-se em implementação e possui capacidade de atender aos TS do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e, com aquisição de modems DAMA, aos já existentes no SISCOMIS;

3.1.9. Visando a atender maior quantidade de enlaces com tráfego constante de dados, faz-se necessária uma ampliação do número de modems PAMA dos *hubs* de banda X, bem como uma ampliação da capacidade dos outros modems instalados, tanto nesses *hubs* quanto nos TS;

3.1.10. Com o objetivo de aumentar a quantidade de enlaces simultâneos via modems PAMA e otimizar os recursos satelitais por eles empregados, adquiriram-se 30 (trinta) modems CDM-625 e licenças para ampliar a capacidade dos modems já existentes nos *hubs* X1 e X3 e nos TS. Tais licenças dotam esses modems de modulações e codificações (*modcod*) de melhor desempenho, bem como da tecnologia *Carrier-in-Carrier*, que permite a sobreposição de portadoras para economia de banda;

3.1.11. Além disso, para a banda Ku, adquiriram-se licenças *modcod* de *Carrier-In-Carrier* para melhor aproveitamento da capacidade satelital, viabilizando uma futura redução de valor contratual para aluguel dessa faixa de frequência; e

3.1.12. Para que os novos modems e as licenças sejam efetivamente empregados, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para adequar os *hubs* X1 e X3 para acomodarem, cada um, 15 modems PAMA adicionais, instalar as licenças nos *hubs* e TS, bem como atualizar ou ampliar o *software* de M&C existente, ou mesmo implementar outro, para que seja possível gerenciar remotamente todos esses ativos, visando a agilizar o estabelecimento dos enlaces com modems PAMA e a colher dados para geração de indicadores gerenciais.

3.2. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS – (IN. 01/2019, ART. 15, INCISO I)

3.2.1. A presente contratação está alinhada com os instrumentos de planejamento estratégico conforme dispostos na Tabela 4:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OE 4	Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística
IE 4.3	Ampliar a interoperabilidade do Ministério da Defesa com as Forças Singulares

Tabela 4 - Alinhamento Estratégico

3.2.2. A presente contratação está alinhada com os instrumentos no PDTIC conforme dispostos na Tabela 5:

ALINHAMENTO AO PDTIC			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada

A 4.3.1	Ampliar a estrutura de enlaces terrestres e satelitais da ROD/SISCOMIS	M.4.3.14	Ampliar a estrutura de enlaces terrestres e satelitais da ROD/SISCOMIS até o final de 2023, com 75%
------------	--	----------	---

Tabela 5 - Alinhamento ao PDTIC

3.2.3. A presente contratação está alinhada com os instrumentos no PAC conforme dispostos na Tabela 6:

ALINHAMENTO AO PAC	
Item	Descrição
XXX	Não foi contemplada no Relatório PGC 2020 a necessidade de contratação de empresa especializada para prover os Serviços de instalação e configuração de equipamentos para os <i>hubs</i> X1 e X3, de atualização de licenças adquiridas para os modems dos <i>hubs</i> X1, X3, Ku e TS, bem como a customização do <i>software</i> de M&C nos <i>hubs</i> X1 e X3. O Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DETIC), o Documento de Formalização de Demanda, que apresenta formalmente a referida demanda, bem

Tabela 6 - Alinhamento ao PAC

3.3. DA ESTIMATIVA DA DEMANDA

3.3.1. Serviço de instalação e configuração de equipamentos adquiridos no mercado internacional para os *hubs* X1 e X3, de atualização de licenças adquiridas para os modems dos *hubs* X1, X3, Ku e TS, bem como a customização do *software* de M&C nos *hubs* X1 e X3;

3.3.2. O serviço de Ampliações e Atualizações nos *hubs* X1 e X3 contará com a instalação de 15 (quinze) novos modems, atualização de licenças nos atuais 20 (vinte) modems, bem como a substituição e configuração de roteadores CISCO, de acordo com as seguintes definições:

3.3.2.1. Os modems CDM-625 são distribuídos em dois Armários de Telecomunicações (Rack) de 19"/42U;

3.3.2.2. A Ampliação para mais 15 (quinze) modems deverá ser instalado no máximo em dois Armários de Telecomunicações de 19"/42 U;

3.3.2.3. Toda a instalação nos Armários de Telecomunicações deverá atender a Norma ABNT NBR 14565:2013 – Cabeamento Estruturado para Edifícios Comerciais e *Data Centers*; e

3.3.2.4. Todas as alterações, ampliações e atualizações deverão constar em Projeto Executivo, o qual deverá ser previamente aprovado pela CONTRATANTE.

3.3.3. O serviço de Atualizações no *hub* Ku será executado de acordo com as seguintes definições:

3.3.3.1. Atualizações das licenças nos modems existentes no *hub* Ku e prover o *Split* Dinâmico de Dados, via porta *Ethernet*. Esta ação abrange toda a instalação física e configuração lógica;

3.3.3.2. Substituição do atual roteador CISCO 2900 pelo roteador CISCO série 4000, que será fornecido pela CONTRATANTE. A substituição deverá prever a instalação física do equipamento e sua configuração lógica;

3.3.3.3. Todas as comunicações atuais, por meio da porta serial V.35, entre os 10 (dez) modems CDM-625 e o Roteador CISCO 2900 deverão ser substituídas por conexões via porta *Ethernet*. O módulo *switch* com portas *Ethernet* para o Roteador CISCO série 4000 será fornecido pela CONTRATANTE, porém a instalação física, lógica e as alterações de *Script* do Roteador será da responsabilidade da CONTRATADA. Na ausência de porta *Ethernet* disponível nos roteadores deste *hub*, a CONTRATADA poderá utilizar um *Switch* para concluir a instalação;

3.3.3.4. Todos os modems CDM-625 deverão ser atualizados e configurados de forma a possuir *modcod* para operar em *Carrier-In-Carrier* visando obter uma melhor Eficiência Espectral; e

3.3.3.5. Todas as alterações, ampliações e atualizações deverão constar em Projeto Executivo, o qual deverá ser previamente aprovado pela CONTRATANTE.

3.3.4. O serviço de Atualizações e Comissionamento dos TS será executado de acordo com as seguintes definições:

3.3.4.1. Cada modem CDM-625 dos TS deverá ser atualizado e configurado, a fim de permitir o tráfego de dados e gerenciamento pela porta *Ethernet* e possuir *modcod* para operar em *Carrier-In-Carrier*;

3.3.4.2. A comunicação atual, por meio da porta serial V.35, entre o modem COMTECH do TS o seu Roteador CISCO deverá ser substituída por conexão via porta *Ethernet*. Esta ação abrange toda a instalação física e configuração lógica;

3.3.4.3. Caso o TS esteja equipado com modem COMTECH, modelos CDM-570 ou CDM-600, a CONTRATADA poderá ter que substituí-lo pelo modelo CDM-625, fornecido a critério da CONTRATANTE; e

3.3.4.4. Todas as atualizações deverão constar em Projeto Executivo, o qual deverá ser previamente aprovado pela CONTRATANTE.

3.3.5. O serviço de Customização do *software* de M&C será executado de acordo com as seguintes definições:

3.3.5.1. Todos os materiais necessários para as modificações no *software* de M&C dos *hubs* deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, ou seja, deverá fornecer todos os *hardwares*, inclusive os servidores, *softwares*, licenças, gabinetes, cabeamentos estruturados e identificações;

3.3.5.2. O *software* de M&C dos *hubs* deverá ser capaz de monitorar o tráfego de dados de cada enlace satelital em tempo real e apresentar as informações graficamente ao usuário;

3.3.5.3. O software de M&C dos *hubs* deverá ser capaz de monitorar, no mínimo, 100 (cem) enlaces de comunicações por satélite, incluindo os equipamentos que viabilizam esses enlaces;

3.3.5.4. O *software* de M&C dos *hubs* deverá permitir a configuração remota dos planos de frequência nos modems;

3.3.5.5. O *software* de M&C deverá permitir que os operadores das Salas Técnicas incluam, excluam e editem equipamentos monitorados, bem como essas alterações sejam representadas nas interfaces e relatórios para os usuários;

3.3.5.6. O *software* de M&C deverá possuir monitoramento SNMP, com as seguintes características;

a) A solução deverá ser capaz de consultar TODOS os parâmetros dos dispositivos, que são disponibilizados por meio do protocolo SNMP;

b) Os *Layout* e funcionalidades das telas de Interface Homem-Máquina do Sistema deverão ser previamente aprovadas pela CONTRATANTE; e

c) O usuário poderá habilitar, desabilitar ou esconder o gerenciamento de um determinado enlace satélite.

3.3.5.7. O *software* de M&C deverá possuir um Banco de Dados com as seguintes características; e

a) Todos os parâmetros deverão ser armazenados em um Servidor de Banco de Dados;

b) Os Modelos Conceitual, Lógico e Físico do Banco de Dados deverão ser fornecidos para integrações futuras; e

c) O SGBD deverá ser o MySql.

3.3.5.8. O *software* de M&C deverá possuir um Aplicativo de Monitoramento Simplificado para Supervisão do CMORD, com as seguintes características.

a) Esse Aplicativo mostrará por intermédio de uma interface simples, se um determinado *link* satélite está *Up* ou *Down*;

b) Deverá ser executado em PC dentro da ROD;

c) Adicionalmente, deverá monitorar o volume de tráfego dos *links*; e

d) Deverá emitir alerta quando determinado enlace ou *link* atingir parâmetro pré-estabelecido, a ser definido conforme necessidades da CONTRATADA.

3.4. DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN.01/2019, ART. 12, §2º, INCISO I)

3.4.1. Segundo o art. 23, parágrafo 1º, da Lei 8666, de 1993, que determina que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Porém, o objeto em tela não pode ser dividido em função da economicidade e necessidade de padronização. Ou seja, não é econômico abrir a possibilidade para diferentes empresas fazerem a instalação dos modems, gerando uma logística diferenciada em cada *hub* e TS, aumentando os custos logísticos e gerando treinamentos diferenciados. A padronização sabidamente reduz os custos operacionais;

3.4.2. Apesar de composta por vários itens diferentes, a solução não deve ser dividida, garantindo assim o cumprimento dos requisitos técnicos apresentados neste documento. Além disso, o fornecimento dos serviços separados por mais de uma empresa acarretaria uma descoordenação entre fornecedores, com sua marca e modelo que comprometeria a qualidade efetiva dos resultados;

3.4.3. A modalidade de adjudicação Global se deve ao fato de que todos os serviços que compõem o objeto estão intrinsecamente relacionados;

3.4.4. Por outro lado, o fornecedor único por lote, é responsável pela viabilidade da integração e garantia de harmonia e operacionalidade de todo o conjunto de itens instalados. A Administração ganha em capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva e fiscalização, procedimento padronizado de suporte técnico durante o período da garantia contratual, propiciando agilidade na resolução de problemas;

3.4.5. Sendo assim, para garantir o sucesso do projeto, é importante que apenas uma empresa licitante seja vencedora do conjunto que compõe a solução;

3.4.6. Outro fator a ser levado em consideração, é a otimização dos recursos necessários à gerência dos contratos e o foco na melhoria e ampliação do ambiente computacional, visto que o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicações (DETI) tem uma equipe reduzida, portanto é importante aperfeiçoar o gerenciamento dos seus contratos; e

3.4.7. Conforme descrito, dividir o objeto ocasionará prejuízos técnicos e econômicos.

3.5. DOS RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

3.5.1. A instalação dos modems nos *hubs* X1 e X3 permitirá que seja possível estabelecer 84 enlaces satelitais simultâneos na banda X. Anteriormente, somente eram possíveis 54 enlaces na banda X;

3.5.2. Após a atualização dos TS, além do acréscimo na quantidade de enlaces possíveis, espera-se observar uma maior eficiência no emprego do Espectro Eletromagnético;

3.5.3. Propiciar o aumento da quantidade de enlaces simultâneos, visando ao melhor aproveitamento da capacidade satelital do SGDC-1;

3.5.4. A instalação das novas licenças incrementará a capacidade para enlaces com taxas mais altas, por intermédio de tecnologias mais eficientes e modernas;

3.5.5. O emprego de *modcod* de *Carrier-In-Carrier* reduzirá a largura de banda, mantendo a taxa de transmissão, propiciando melhoria considerável da eficiência espectral;

3.5.6. Para a banda Ku, as novas licenças para emprego de *modcod* de *Carrier-In-Carrier* proverá um melhor aproveitamento da capacidade satelital, viabilizando uma futura redução de valor contratual para aluguel dessa faixa de frequência;

3.5.7. A customização do *software* de M&C propiciará maior capacidade de gerenciar a rede, adequar sua operação para melhor atendimento às demandas dos usuários, por intermédio de acesso remoto aos equipamentos, bem como, a supervisão e gerência por parte da SC-1;

3.5.8. Melhor controle efetivo do desempenho dos modems através de um sistema de monitoramento ativo; e

3.5.9. Permitir um gerenciamento (monitoramento e configuração) ativo de todos os equipamentos envolvidos na comunicação satelital.

4 – DA ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – (IN.01/2019, ART. 16)

4.1.1. Em virtude da crescente necessidade de recursos de comunicações para apoiar o ciclo de comando e controle nas operações militares, além da limitação dos meios de comunicações e do seu elevado custo, faz-se necessário buscar o uso eficiente dos meios disponíveis. Nesse cenário estão as operações conjuntas, as operações singulares, de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Operações de Paz, de apoio às ações frente as calamidades públicas, combate a incêndios e acidentes ambientais; **4.1. REQUISITOS DE NEGÓCIO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “A”)**

4.1.2. O Brasil possui um satélite geostacionário de comunicações, o Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1), com capacidade de prover comunicações, na banda X, em todo o Território Nacional e no entorno estratégico (Caribe, costa ocidental da África e Antártida) em proveito da Forças Armadas;

4.1.3. Para viabilizar o enlace satelital, faz-se necessário que, além do satélite, existam Estações Terrenas (ET) e Terminais Satelitais (TS). Essas estruturas devem possuir equipamentos adequados ao estabelecimento do enlace bem como um adequado sistema de gerenciamento para propiciar um atendimento eficiente na demanda da organização militar apoiada;

4.1.4. O segmento espacial do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) utiliza-se dos satélites SGDC-1, em Banda X e o satélite STAR ONE C3, em Banda Ku. O segmento terrestre do SISCOMIS possui 3 (três) *hubs* operando em Banda X (*hubs* X1, X2 e X3) e 1 (um) *hub* operando na Banda Ku, todos utilizando a topologia tipo Estrela. O SGDC-1 utiliza o *hub* X1 e X2, localizado na Estação Central de Brasília (ECB), e o *hub* X3, localizado na Estação do Rio de Janeiro (ERJ). O *hub* de Banda Ku está localizado na ECB. Utiliza-se este segmento espacial e terrestre para trafegar comunicações de dados, voz e vídeo (videoconferência);

4.1.5. Atualmente, na banda X, são possíveis 54 enlaces simultâneos com o SGDC-1 sendo, 20 enlaces no *hub* X1, 20 enlaces no *hub* X3 e 14 enlaces no *hub* X2. A quantidade atual de TS, na banda X, inventariados no SISCOMIS é de 92 (noventa e dois). Portanto, é possível atender a somente 58% da quantidade de terminais nesse tipo de banda, o que atende parcialmente à demanda atual de enlaces e não atende à demanda projetada. No *hub* de banda Ku, são possíveis 10 enlaces simultâneos. A quantidade atual de TS, na banda Ku, inventariados no SISCOMIS é de 15 (quinze). Tais limitações de enlaces simultâneos decorrem da quantidade de modems existentes em cada *hub* e na tecnologia embarcada (modulações e codificações) nos modems;

4.1.6. Em virtude da alta capacidade do SGDC-1, em comparação aos satélites utilizados anteriormente em banda X, constatou-se a possibilidade de estabelecimento de maior quantidade de enlaces simultâneos, o que pode ser realizado pelo aumento da quantidade de modems existentes nos *hubs*, para atendimento a terminais que demandem tráfego constante (*Permanent Assigned Multiple Access* - PAMA, ou *Single Carrier Per Channel* - SCPC), e pela implementação de um sistema de alocação dinâmica de capacidade (*Demand-Assigned Multiple Access* - DAMA), para utilização por terminais que demandem tráfego variável, permitindo assim melhor aproveitamento dos recursos satelitais;

4.1.7. Com o objetivo de aumentar a quantidade de enlaces simultâneos via modems PAMA e otimizar os recursos satelitais por eles empregados, adquiriram-se 30 (trinta) modems CDM-625A e licenças para ampliar a capacidade dos modems já existentes nos *hubs* X1, X3 e nos TS. Tais licenças dotam esses modems de modulações e codificações (*modcod*) de melhor desempenho, bem como da tecnologia *Carrier-in-Carrier*, que permite a sobreposição de portadoras para economia de banda;

4.1.8. Além disso, para a banda Ku, adquiriram-se licenças *modcod* de *Carrier-In-Carrier* para melhor aproveitamento da capacidade satelital, viabilizando uma futura redução de valor contratual para aluguel dessa faixa de frequência ou emprego simultâneo de novos TS;

4.1.9. Com a instalação destes 30 (trinta) modems CDM-625 os *hubs* X1 e X3 terão suas capacidades de enlaces de comunicação por satélite ampliada dos atuais 20 (vinte) enlaces simultâneos para 35 (trinta e cinco) enlaces simultâneos cada um, totalizando 70 enlaces simultâneos;

4.1.10. Com a implantação das novas licenças adquiridas em todos os modems dos *hubs* X1, X3, Ku e dos TS é esperado um considerável incremento na Eficiência Espectral dos enlaces estabelecidos, possibilitando um incremento no *throughput* dos enlaces e emprego simultâneo de mais TS; e

4.1.11. Para que os novos modems e as licenças já adquiridos sejam efetivamente empregados, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para adequar os *hubs* X1 e X3 para acomodarem, cada um, 15 modems PAMA adicionais, instalar as licenças nos *hubs* e TS, bem como atualizar ou ampliar o *software* de Monitoramento e Controle (M&C) existente, ou mesmo implementar outro, para que seja possível gerenciar e operar remotamente todos esses ativos, visando agilizar o estabelecimento dos enlaces e colher dados para geração de indicadores gerenciais.

4.2. DOS REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “B”)

4.2.1. Sempre que aplicável, o profissional da CONTRATADA, que realizará a capacitação da equipe da CONTRATANTE, deverá ter pleno domínio: das tecnologias e dos equipamentos utilizados nos *hubs* e nos TS, bem como, na customização do *software* de M&C;

4.2.2. O conteúdo a ser ministrado deverá ser adequado e suficiente à plena capacitação dos operadores dos *hubs*, dos TS, da equipe do Centro de Operações Espaciais (COPE) e da equipe da Subchefia de Comando e Controle (SC-1), na customização do *software* de M&C para que se obtenha o máximo de informações visando eficiência na operação e gestão do Sistema;

4.2.3. A CONTRATADA deverá apresentar previamente, para aprovação pela CONTRATANTE, o plano detalhado de capacitação, envolvendo ementa, conteúdo programático e carga horária, além de metodologia de ensino, materiais didáticos e referências bibliográficas, além de todo o material didático a ser distribuído aos instrutores;

4.2.4. Ao menos 1 (uma) cópia de todo o material didático deve ser fornecida a cada instrutor, além de uma cópia adicional, impressa e em arquivo pdf, para a SC-1, antes do início do treinamento. Após o período de capacitação, a CONTRATADA deverá entregar 1 (uma) cópia impressa e em arquivo pdf contendo eventuais correções ou adequações no material anteriormente distribuído;

4.2.5. O material didático deve ser suficiente à plena capacitação do instrutor para execução dos objetivos do treinamento, que deverão constituir, no mínimo: arquitetura sistêmica da solução, a sua operação, *scripts* utilizados na configuração e formas de inserir ou extrair informações do sistema para atender os diversos serviços propostos;

4.2.6. A capacitação deverá ser ministrada nas dependências dos *hubs*, na SC-1 e nas Organizações Militares (OM) detentoras dos TS;

4.2.7. No escopo da ampliação da quantidade de modems dos *hubs* X1 e X3 e atualização de licenças dos modems dos *hubs* X1, X3 e Ku está a entrega de um novo sistema de gerência, configuração, operação e monitoramento. Esse *software* de M&C, após instalado e configurado, deverá ser alvo de instrução aos seus operadores, conforme segue:

4.2.7.1. Local: De acordo com o item 6.1.4 deste Termo de Referência;

4.2.7.2. Carga horária: 40 horas/aula (teórica e prática) e 80 horas de operação assistida;

4.2.7.3. Fornecimento de apostila contendo orientações técnicas de operação, *backup*, resolução de *panes*, configuração de novos ativos e de restauração do sistema; e

4.2.7.4. Perfil dos instrutores: técnico capacitado nos Modems COMTECH CDM-625A e no sistema de M&C.

4.2.8. No escopo da atualização de licenças dos modems dos TS está a instalação das licenças e a atualização das versões dos *softwares* já instalados, conforme segue:

4.2.8.1. Local: De acordo com o item 6.1.4 deste Termo de Referência;

4.2.8.2. Carga horária: 18 horas/aula (teórica e prática) e 12 horas de operação assistida;

4.2.8.3. Fornecimento de apostila contendo orientações técnicas de operação, resolução de *panes*, instalação de novas atualizações; e

4.2.8.4. Perfil dos instrutores: técnico capacitado nos Modems Comtech CDM-625A.

4.2.9. Não é escopo deste contrato a eventual necessidade de manutenção corretiva nos *hubs* ou TS, objeto de outro contrato vigente e mantido pela SC-1.

4.3. DOS REQUISITOS LEGAIS - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “C”)

4.3.1. Decreto-lei nº 200/1967, art. 10, § 7º - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

4.3.2. Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

4.3.3. Decreto nº 9.507/2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

4.3.4. Lei nº 9.854/1999 - Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

4.3.5. Decreto nº 9.637/2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional;

4.3.6. Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.3.7. Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

4.3.8. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017 – Altera a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral;

4.3.9. Portaria Normativa nº 2.327/MD, de 28 de outubro de 2015 2a Rev. - Política de Segurança da Informação para o Sistema Militar de Comando e Controle - MD31-P-03; e

4.3.10. Portaria Normativa nº 18/MD de 2 de março de 2016 – Conceito Operacional para o Sistema Militar de Comando e Controle – MD31-S-02.

4.4. DOS REQUISITOS DE MANUTENÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “D”)

4.4.1. Toda a instalação de equipamentos e de suas configurações, bem como a atribuição de parâmetros nos equipamentos e no sistema de gerenciamento, configuração, operação e monitoramento deverão ser discriminados e registrados para consultas futuras e eventuais ajustes em busca de refinamentos nos indicadores do sistema.

4.4.2. Deverá ser fornecido um caderno de manutenção preventiva e corretiva detalhado das soluções instaladas, para emprego pela equipe de operadores dos *hubs* X1, X3, Ku e dos TS.

4.5. DOS REQUISITOS TEMPORAIS - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “E”)

4.5.1. O objeto em tela envolve a execução das seguintes tarefas conforme descritas no Apêndice I - Especificações Técnicas - item 4:

4.5.1.1. Realização de Levantamento Técnico; (D + 10);

- 4.5.1.2. Elaboração de Relatório Técnico; (D + 20);
- 4.5.1.3. Crítica, Revisão e Aprovação de Relatório Técnico; (D + 25);
- 4.5.1.4. Elaboração de Projeto Executivo; (D + 35);
- 4.5.1.5. Crítica, Revisão e Aprovação de Projeto Executivo; (D + 40);
- 4.5.1.6. Execução do Objeto; (D + 220);
- 4.5.1.7. Comissionamento do Objeto; (D + 360); e
- 4.5.1.8. Elaboração de Projeto *As Built*. (D + 360).

4.6. DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “F”)

- 4.6.1. Requisitos de segurança de forma ampla, como normas, boas práticas e políticas que devem ser observadas na contratação e implementação da Solução de TIC;
- 4.6.2. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, confidencial ou não, sem prévia permissão do Ministério da Defesa. Para tanto, quando da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá firmar Termo de Compromisso; e
- 4.6.3. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, confidencial ou não, sem prévia permissão do Ministério da Defesa.

4.7. DOS REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “G”)

- 4.7.1. Requisitos sociais, ambientais e culturais não são aplicáveis à solução ora estudada, uma vez que o objeto de contratação não trata de atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora. (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989) e ainda, não é composto por produto de fabricante nacional, não sendo exigido, como obrigatório, os critérios de sustentabilidade ambiental, por não estarem sujeitos ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Art. 17º, Inciso II, da Lei nº 6.938/1981.

4.8. DOS REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “A”)

- 4.8.1. O fornecimento dos modems, roteadores, placas e das licenças de atualizações dos equipamentos da CISCO e da COMTECH serão de responsabilidade da CONTRATANTE;
- 4.8.2. O fornecimento dos demais itens necessários à instalação dos modems, bem como da ampliação ou modificação do *software* de M&C serão de responsabilidades da CONTRATADA; e
- 4.8.3. Os equipamentos e os demais periféricos que compõem a solução devem estar aderentes às especificações técnicas, funcionalidades e pré-requisitos definidos no Apêndice I – Especificações Técnicas deste Termo.

4.9. DOS REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “B”)

- 4.9.1. Contratação de empresa especializada para o Serviço de Engenharia de Instalação dos modems, Atualização de Licenças e de Modificação, Implantação e Suporte do *software* de M&C customizado para os *hubs* X1, X3 e Ku e dos TS do SISCOMIS, de acordo com as especificações técnicas apresentadas a seguir:
 - 4.9.1.1. Os equipamentos (roteador e seus acessórios e licenças; *switch*; modem e seus acessórios e licenças) a serem implantados nos *hubs* X1, X3 e Ku serão fornecidos pela CONTRATANTE, exceto àqueles destinados ao *software* de M&C;
 - 4.9.1.2. Os equipamentos (modem, seus acessórios e licenças) a serem implantados nos TS serão fornecidos pela CONTRATANTE;
 - 4.9.1.3. Todos os materiais diversos para a implantação em tela, como cabos, combinadores, identificadores, conectores, Armários de Telecomunicações, etc, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA;
 - 4.9.1.4. Todos os modems CDM-625 deverão, pela CONTRATADA, ser atualizados, configurados e possuir *modcod* para operar em *Carrier-In-Carrier*, visando obter uma melhor Eficiência Espectral;
 - 4.9.1.5. Suporte ao *software* de M&C customizado pelo prazo constante no período compreendido pela garantia contratual da solução; e
 - 4.9.1.6. Todas as alterações, ampliações e atualizações deverão constar em Projeto Executivo, o qual deverá ser previamente aprovado pela CONTRATANTE.
- 4.9.2. A contratação não abrange o desenvolvimento de *software*, portanto não serão necessários os requisitos de processos, técnicas, métodos, formas de gestão e documentação referente ao assunto.

4.10. DOS REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “C”)

- 4.10.1. Após a assinatura do Termo de Contrato e mediante solicitação da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá ser capaz de atender aos seguintes itens a fim de concluir o projeto em prazos razoáveis e atender as necessidades do MD:
 - 4.10.1.1. Em até 10 (dez) dias úteis da assinatura a vencedora do certame deverá apresentar na reunião inicial com o representante deste Ministério, o **Plano de Instalação e Configuração** dos equipamentos;
 - 4.10.1.2. Realizar a apresentação formal do preposto da empresa;
 - 4.10.1.3. Apresentar relação de funcionários a serem empregados na instalação e na configuração;
 - 4.10.1.4. Apresentar uma carta encaminhando os seguintes documentos de cada funcionário:
 - a) Cópia da carteira de identidade;
 - b) Cópia do CPF; e
 - c) Foto 3x4 colorida recente.
 - 4.10.1.5. Solicitar as informações complementares que se fizerem necessárias;
 - 4.10.1.6. O Preposto da vencedora do certame será responsável pela atualização da relação dos funcionários que executarão serviços de instalação e configuração da solução nas dependências de instalação designadas; e
 - 4.10.1.7. O representante deste Ministério, formalmente designado, será responsável pela solicitação de liberação de acesso e adequada identificação dos funcionários da vencedora do certame assim como os seus respectivos cancelamentos.

4.11. DOS REQUISITOS DE GARANTIA - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “D”)

- 4.11.1. Todos os serviços, materiais e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA possuirão garantia de 1 (um) ano a partir da aprovação dos Testes de Comissionamento. O tempo de resposta da CONTRATADA para acionamento da garantia será de até 24 horas para os *hubs* X1, X3 e Ku;

4.11.2. Caso seja necessário o atendimento aos TS, este ocorrerá nos respectivos centros de manutenção, localizados em Brasília (TS terrestres) e no Rio de Janeiro (TS instalados em MN); e

4.11.3. A CONTRATADA deverá manter uma estrutura de suporte, no período compreendido pela garantia contratual, para sanar eventuais problemas (*bugs*) ou melhorias, identificados no decorrer da operação do software de M&C customizado e de acordo com o *Service Level Agreement* (SLA) descrito na Tabela 7.

Severidade	Classificação	Prazo Máximo para Início do Atendimento	
1	Crítico	Situações de indisponibilidade total da Solução de M&C Customizada.	Em até 24 (vinte e quatro) horas
2	Urgente	Erros ou problemas recorrentes, e situações que não causam indisponibilidade, mas que afetam de forma significativa o desempenho dos serviços.	Em até 72 (setenta e duas) horas
3	Rotina	Problemas contornáveis, não afetando a performance, serviço ou operação ou a função afetada somente é utilizada eventualmente ou temporariamente.	Em até 7 (sete) dias corridos
4	Programada	Destinados à implementação de procedimentos de melhorias e correções com vistas a prevenir a ocorrência de problemas, avaliação de ambiente, elaboração de diagnósticos e esclarecimento de dúvidas.	Em até 15 (quinze) dias corridos

Tabela 7 - Severidade, Classificação e Prazos.

4.12. DOS REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “E”)

4.12.1. Vide item 4.2 deste documento, acrescentando a quantidade mínima de 5 (cinco) instrutores para cada etapa da capacitação.

4.13. DOS REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “F”)

4.13.1. A CONTRATADA deverá comprovar a experiência de sua equipe envolvida, adequada à execução do objeto contratado, em conformidade com o Art. 30 da Lei nº 8.666/93.

4.14. DOS REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “G”)

4.14.1. A CONTRATADA deverá comprovar a formação profissional de sua equipe envolvida, adequada à execução do objeto a ser contratado, em conformidade com o Art. 30 da Lei nº 8.666/93.

4.15. DOS REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “H”)

4.15.1. Realização de Levantamento Técnico

4.15.1.1. A CONTRATADA deverá realizar o cadastramento de todos os detalhes técnicos que necessitam ser conhecidos e para que sirvam de subsídios e que sejam suficientes para a definição de todos os detalhamentos necessários para a elaboração do Projeto Executivo de Instalação.

4.15.2. Elaboração de Relatório Técnico

4.15.2.1. A CONTRATADA deverá elaborar um Relatório Técnico, que é o documento que reúne todas as informações coletadas no Levantamento Técnico.

4.15.3. Crítica, Revisão e Aprovação de Relatório Técnico

4.15.3.1. São interações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA visando corrigir, dirimir dúvidas, alterar e rever o Relatório Técnico com intuito de obter uma versão consolidada e aprovada pela CONTRATANTE.

4.15.4. Elaboração de Projeto Executivo

4.15.4.1. A CONTRATADA deverá elaborar os Projetos Executivos de Instalação, de forma a atender integralmente todos os preceitos contidos no Edital e em seus anexos, tendo como dados de entrada o Relatório Técnico. Os Projetos Executivos de Instalação deverão possuir todos os elementos necessários e suficientes para a execução da instalação em tela, contendo de forma clara, precisa e completa todas as indicações e detalhes construtivos para a perfeita instalação, montagem e execução dos serviços objeto do Contrato, de acordo com as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (Lei nº 8.666/93, art 6º, Inciso IX, X); e

4.15.4.2. Além dos desenhos que representam todos os detalhes de instalação, o Projeto Executivo deverá ser constituído por um Memorial Descritivo, que conterá um texto explicando o Projeto, os conceitos utilizados, normas adotadas, premissas, memoriais de cálculo, *scripts* de configuração dos equipamentos, planos de colocação em operação do Sistema e análise de riscos.

4.15.5. Crítica, Revisão e Aprovação de Projeto Executivo

4.15.5.1. São interações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA visando corrigir, dirimir dúvidas, alterar e rever os Projetos Executivos de Instalação com intuito de obter uma versão consolidada e aprovada pela CONTRATANTE.

4.15.6. Execução do Objeto

4.15.6.1. A CONTRATADA deverá executar o Objeto em epígrafe exatamente como definido no Projeto Executivo de Instalação; e

4.15.6.2. Caso ocorram fatos supervenientes durante a execução daquele, a CONTRATADA deverá informar formalmente à CONTRATANTE para apreciação e decisão pontual sobre cada fato ocorrido.

4.15.7. Comissionamento do Objeto

4.15.7.1. A CONTRATADA deverá realizar, com ferramentas e instrumentos próprios, todos os testes de recebimento técnico, os quais devem ser balizados por um Caderno de Comissionamento, previamente aprovado pela CONTRATANTE, para cada *hub* e para cada TS, onde devem constar todos os parâmetros de instalação que necessitem ser verificados; e

4.15.7.2. A CONTRATADA deverá submeter os Cadernos de Comissionamento à CONTRATANTE, em tempo hábil, para apreciação e aprovação.

4.15.8. Elaboração de Projeto *As Built*:

4.15.8.1. São as revisões finais dos Projetos Executivos de Instalação após a execução de todos os serviços.

4.16. DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “I”)

4.16.1. Os requisitos de segurança da informação estão contidos no subitem 6.4 - Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança.

4.17. DOS OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “J”)

4.17.1. Não há.

5 – DAS RESPONSABILIDADES - (IN. 01/2019, ART. 16)

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;**5.1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE - (IN. 01/2019, ART. 17, INCISO I, ALÍNEA “A” – “H”)**

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;

5.1.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.1.11. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.1.12. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

5.1.13. Efetuar o pagamento à vencedora do certame no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.1.14. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança da Administração e endereço de cobrança.

5.1.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

5.1.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

5.1.17. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

5.1.18. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto e notificações expedidas;

5.1.19. Nomear o Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

5.1.20. Receber o objeto do certame prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.21. Notificar por escrito à CONTRATADA a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa;

5.1.22. A CONTRATADA deverá, após a assinatura do contrato, disponibilizar profissionais habilitados a realizar as seguintes tarefas;

5.1.22.1. Execução de Configuração em modem satélite COMTECH CDM-625;

5.1.22.2. Instalação de acessórios em modem satélite COMTECH CDM-625;

5.1.22.3. Execução e adequação de parâmetros da Cadeia de Rádio Frequência (RF);

5.1.22.4. Elaboração de *Script* em Roteadores CISCO para interfacear o modem COMTECH CDM-625 com a Rede Operacional de Defesa (ROD); e

5.1.22.5. Customização e Instalação de *Software* de M&C de Rede de Telecomunicações por Satélite, contendo Interfaces Gráficas, Monitoramento de alarmes via SNMP, Supervisão de roteamento de pacote de dados e Telecomando.

5.1.23. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis; e

5.1.24. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela vencedora do certame com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da vencedora do certame, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA - (IN01/2019, ART. 17, INCISO II, ALÍNEA “A” – “H”)

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.2.10. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento e em seus apêndices, acompanhado da respectiva documentação, constando a: marca, fabricante, modelo, procedência, entre outras informações necessários ao pleno conhecimento dos materiais que compõem a Solução;

5.2.11. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para o correto funcionamento da Solução prevista neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.2.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 5.2.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia contratual, exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.2.14. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 5.2.15. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos, quando aplicáveis: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 5.2.16. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.2.17. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 5.2.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 5.2.19. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 5.2.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 5.2.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 5.2.22. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 5.2.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.2.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.2.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 5.2.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 5.2.28. Acatar, nos termos do parágrafo 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93, as solicitações do CONTRATANTE para acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto contratado;
- 5.2.29. O MD não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- 5.2.30. Abster-se, de qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização da Contratante;
- 5.2.31. A CONTRATADA deverá demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações da Administração Central do Ministério da Defesa por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável;
- 5.2.32. Assinar o Termo de Compromisso, o Termo de Responsabilidade e o Termo de Confidencialidade, conforme anexo;
- 5.2.33. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.
- 5.2.34. A CONTRATADA será responsável pela substituição dos atuais roteadores CISCO 2900 por roteadores CISCO série 4000, que serão fornecidos pela CONTRATANTE. A substituição deverá prever a instalação física do equipamento e sua configuração lógica;
- 5.2.35. A CONTRATADA será responsável por alterar as atuais comunicações via V.35, entre os 20 (vinte) modems CDM-625 e 02 (dois) Roteadores CISCO 2900, dos *hubs* X1 e X3, de forma que sejam substituídas por conexões via porta *Ethernet*. Os módulos *switches* com portas *Ethernet* para os roteadores CISCO série 4000 serão fornecidos pela CONTRATANTE, porém a instalação física, lógica e as alterações de *Script* dos Roteadores serão da responsabilidade da CONTRATADA;
- 5.2.36. A CONTRATADA será responsável por instalar completamente os novos 15 (quinze) modems CDM-625, em cada *hub*, aos seus respectivos Roteadores CISCO série 4000 e *Splits* Dinâmicos de Dados, via porta *Ethernet*. Essa instalação abrange toda a instalação física e configuração lógica. A escrita dos *Scripts* dos Roteadores e *Switches* serão fornecidas pela CONTRATANTE. Na ausência de porta *Ethernet* disponível nos roteadores deste *hub*, a CONTRATADA poderá utilizar um *Switch* para concluir a instalação;
- 5.2.37. A CONTRATADA deverá adequar os parâmetros da cadeia de RF após a incorporação dos novos 15 (quinze) modems em cada *hub*;
- 5.2.38. A CONTRATADA deverá atualizar e configurar todos os modems CDM-625 dos *hubs* X1, X3 e Ku, com *modcod* para operar em *Carrier-In-Carrier* visando obter uma melhor Eficiência Espectral;
- 5.2.39. A CONTRATADA será responsável por instalar completamente as atualizações das licenças nos modems existentes no *hub* Ku e prover o *Split* Dinâmico de Dados, via porta *Ethernet*. Esta ação abrange toda a instalação física e configuração lógica. A escrita dos *Scripts* dos Roteadores e *Switches* serão fornecidas pela CONTRATANTE;
- 5.2.40. A CONTRATADA será responsável pela substituição do atual roteador CISCO 2900 pelo roteador CISCO série 4000, que será fornecido pela CONTRATANTE. A substituição deverá prever a instalação física do equipamento e sua configuração lógica;
- 5.2.41. A CONTRATADA será responsável por alterar as atuais comunicações V.35, entre os 10 (dez) modems CDM-625 e o Roteador CISCO 2900, do *hub* Ku, de forma que sejam substituídas por conexões via porta *Ethernet*. O módulo *switch* com portas *Ethernet* para o Roteador CISCO série 4000 será fornecido pela CONTRATANTE, porém a instalação física, lógica e as alterações de *Script* do Roteador será da responsabilidade da CONTRATADA. Na ausência de porta *Ethernet* disponível nos roteadores deste *hub*, a CONTRATADA poderá utilizar um *Switch* para concluir a instalação;
- 5.2.42. A CONTRATADA deverá atualizar e configurar cada modem CDM-625 dos TS, a fim de permitir o tráfego de dados e gerenciamento pela porta *Ethernet* e possuir *modcod* para operar em *Carrier-In-Carrier*;
- 5.2.43. A CONTRATADA deverá substituir a comunicação atual, por meio da porta serial V.35, entre o modem COMTECH do TS o seu Roteador CISCO por conexão via porta *Ethernet*. Esta ação abrange toda a instalação física e configuração lógica;
- 5.2.44. A CONTRATADA, após realizar todas as alterações e atualizações no modem de um TS deverá estabelecer enlace com os *hubs* X1 e X3 (banda X) ou com o *hub* Ku (banda Ku), realizando os respectivos Testes de Comissionamento para verificar a qualidade de integração de Voz, Dados e Vídeo (Videoconferência);
- 5.2.45. A CONTRATADA deverá seguir as orientações para o comissionamentos dos TS contidas no Apêndice I - Especificações Técnicas;

5.2.46. Caso o TS esteja equipado com modem COMTECH, modelos CDM-570 ou CDM-600, a CONTRATADA poderá ter que substituí-lo pelo modelo CDM-625, fornecido e a critério da CONTRATANTE; e

5.2.47. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários para as modificações no *software* de M&C dos *hubs* X1 e X3, ou seja, deverá fornecer todos os *hardwares*, inclusive os servidores, *softwares*, licenças, gabinetes, cabeamentos estruturados e identificações; e

5.2.48. A CONTRATADA deverá manter uma estrutura de suporte, no período compreendido pela garantia contratual, para sanar eventuais problemas (*bugs*) ou melhorias, identificados no decorrer da operação do *software* de M&C customizado.

6 – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO - (IN. 01/2019, ART. 18)

6.1.1. Realização da Reunião Inicial - (IN. 01/2019, art. 31, inciso I - III) 6.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO I)

6.1.1.1. Em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, deverá ser realizada a Reunião Inicial, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da contratada e dos demais interessados por ele identificados;

6.1.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar o Plano detalhado de capacitação, envolvendo ementa, conteúdo programático e carga horária, além de metodologia de ensino, materiais didáticos e referências bibliográficas, além de todo o material didático a ser distribuído aos instrutores;

6.1.1.3. Será prestado esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

6.1.1.4. Será apresentado Métodos de Avaliação, onde devem ser definidos os testes de conformidade da solução contratada que serão aplicados; e

6.1.1.5. Repasse à CONTRATADA de conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens.

6.1.2. Forma de Execução e Acompanhamento dos Serviços

6.1.2.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 10 do Decreto nº 9.507, de 2018;

6.1.2.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.1.2.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.1.2.4. Para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. SGD nº 01/2019 e suas alterações;

6.1.2.5. Caberá a **EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico;

6.1.2.6. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA;

6.1.2.7. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Órgão, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial; e

6.1.2.8. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

6.1.3. Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços - (IN01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”)

6.1.3.1. O prazo de entrega dos serviços é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da assinatura do Termo de Contrato, em entrega parcelada, e de acordo com o Apêndice I - Especificações Técnicas - item 5.2.2 - Tabela 1; e

6.1.3.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.1.4. Locais de entrega, quando aplicáveis – (IN01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”)

6.1.4.1. O local onde será entregue o serviço de Ampliações e Atualizações, bem como a Customização do *Software* de M&C no *hub* X1 será no Destacamento de Telecomunicações por Satélite (DTS), localizado no SHIS – QI 05, Área Especial 12 em Brasília-DF;

6.1.4.2. O local onde será entregue o serviço de Ampliações e Atualizações, bem como a Customização do *Software* de M&C no *hub* X3 será na Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro (ERMJRJ) localizada na Estrada Rio Jequiá, s/n, Ribeira, Ilha do Governador no Rio de Janeiro-RJ; e

6.1.4.3. Os diversos locais onde serão entregues os serviços de Atualizações e Comissionamento dos TS serão coordenados pela CONTRATANTE e estão descritos no Apêndice I - Especificações Técnicas - item 6.1.3 - Tabela 2 e item 6.2.2 - Tabela 4.

6.1.5. Documentação mínima exigida - (IN. 01/2019, art. 18, inciso I, alínea “b”)

6.1.5.1. Conforme a Seção 4 (ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO) deste Termo de Referência, em especial o item 4.14 – Requisitos de Formação da Equipe, além do previsto na IN. 13/2018.

6.1.6. Procedimentos de transição, transferência de conhecimento, e finalização do contrato - (IN. 01/2019, art. 35)

6.1.6.1 Deverão ser observados procedimentos que garantam a transição contratual, quando aplicável, e encerramento do contrato no tocante a atividades de (cuja inobservância poderá acarretar nas sanções previstas nos artigos 51 a 59 da IN. 13/2018):

- a) manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;
- b) entrega de versões finais dos produtos e da documentação;
- c) transferência final de conhecimentos sobre a customização do software de M&C;
- d) devolução de recursos;
- e) revogação de perfis de acesso; e
- f) eliminação de caixas postais.

6.2. DA QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO II)

6.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar um Plano de Trabalho que contemple todas as etapas contidas no Apêndice I - Especificações Técnicas - item 5.2.1 - Tabela 1, promovendo a sua substituição/atualização quando necessário.

6.3. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO III)

6.3.1. A CONTRATADA deverá manter um responsável, capaz de resolver questões técnicas e administrativas, o qual deverá ser o ponto de contato com a equipe do MD;

6.3.2. O mecanismo formal de comunicação entre o MD e a CONTRATADA se dará mediante emissão de correspondência (preferencialmente eletrônica) com os respectivos anexos que venham a ser necessários para o eficaz entendimento da comunicação e sua formalização;

6.3.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar para abertura de chamados: e-mail, telefone (0800 ou de custo local em Brasília-DF) ou site as suas expensas para solicitação de suporte técnico;

- 6.3.4. A CONTRATADA informará o número do chamado técnico no ato da comunicação efetuada pela equipe do MD, o qual servirá de referência para acompanhamento do chamado, inclusive após o encerramento do mesmo;
- 6.3.5. Os chamados técnicos terão origem em decorrência de qualquer problema detectado pela equipe do MD no tocante ao pleno estado de funcionamento da solução, inclusive problemas relacionados à instalação, configuração e atualização;
- 6.3.6. Na abertura do chamado técnico junto à Central de Atendimento serão fornecidas, no mínimo, as seguintes informações:
- 6.3.6.1. Problema observado;
- 6.3.6.2. Nome, telefone, e-mail do profissional do MD responsável pela solicitação; e
- 6.3.6.3. Nível de severidade do chamado, conforme a Tabela 6.
- 6.3.7. O fornecedor informará o número do chamado técnico no ato da comunicação efetuada pela equipe do MD, o qual servirá de referência para acompanhamento do chamado, inclusive após o encerramento do chamado;
- 6.3.8. A CONTRATADA, após a realização dos serviços, deverá apresentar um **Relatório de Visita**, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, às providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado por responsável da CONTRATANTE;
- 6.3.9. Um chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação da CONTRATANTE, de maneira que o término do atendimento se dê com a disponibilidade do recurso para uso, em perfeitas condições de funcionamento, no local onde o mesmo está instalado; e
- 6.3.10. Ofícios, atas de reuniões e mensagens de correio eletrônico para todo e qualquer tipo de comunicação em que se fizer necessária sua documentação e seu arquivamento.

6.4. DA MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO V)

- 6.4.1. A CONTRATADA e seus profissionais envolvidos no projeto deverão seguir os seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na execução do objeto:
- 6.4.1.1. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do MD ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa; e
- 6.4.1.2. Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do MD.
- 6.4.2. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da CONTRATADA ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas;
- 6.4.3. Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão;
- 6.4.4. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na POSIC-ACMD, disponível em http://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/portaria_normativa_numero_2_2019.pdf;
- 6.4.5. A CONTRATADA deverá demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações da Administração Central do MD por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável;
- 6.4.6. O **Termo de Compromisso** (IN. 01/2019/SGD-ME, Art. 18, Inciso V, alínea a), deve ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA e tem como documento modelo o **Apêndice II – Modelo de Termo de Compromisso**;
- 6.4.7. O **Termo de Responsabilidade**, deve ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, nos termos do contido no item 5.2.4 da Portaria Normativa nº 2/GM-MD, e tem como documento modelo o **Apêndice III – Modelo de Termo de Responsabilidade**;
- 6.4.8. O **Termo de Confidencialidade**, deve ser assinado pelo Representante legal da CONTRATADA, nos termos do contido no item 5.17.1 da Portaria Normativa nº 2/GM-MD, e tem como documento modelo o **Apêndice IV – Modelo de Termo de Confidencialidade**;
- 6.4.9. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos; e
- 6.4.10. Por fim, o objeto não se enquadra nas hipóteses de aplicação do Decreto nº 9.637/2018, que trata da segurança física e a proteção de dados organizacionais, cujos serviços podem ser contratados por dispensa de licitação (Lei 8.666/93, art. 24, IX), com vistas à preservação da segurança nacional (art. 1º, III, do Decreto nº 2.295/97).

7 – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – (IN. 01/2019, ART. 19)

- 7.1.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida da adequada prestação dos serviços;
- 7.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 19, INCISO I)**
- 7.1.2. No prazo de até **5 dias úteis** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 7.1.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 7.1.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;
- 7.1.3.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a serem apontadas no Recebimento Provisório;
- 7.1.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo;
- 7.1.3.4. No prazo de até **10 dias úteis** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;
- 7.1.3.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;
- 7.1.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.1.3.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo; e
- 7.1.3.8. Caso seja identificada alguma não conformidade os Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato encaminharão as demandas de correção ao Gestor do Contrato que a enviará a CONTRATADA.

7.1.4. **Até 10 (dez) dias corridos** após a conclusão dos serviços de instalação e configuração dos equipamentos os Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato realizarão **Testes de operação** para verificar a conformidade do objeto contratado com as especificações constantes neste Termo de Referência, em seus apêndices e na proposta;

7.1.5. Caso seja identificada alguma não conformidade os Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato encaminharão as demandas de correção ao Gestor do Contrato que a enviará a CONTRATADA;

7.1.6. A instalação e configuração poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Plano de Instalação e Configuração, devendo ser corrigidos no prazo de **10 dias corridos**, a contar da notificação da vencedora do certame às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.1.7. Caso não seja identificada nenhuma inconformidade os Fiscais Requisitante e Técnico do Contrato deverão, no prazo de até **10 (dez) dias**, contados do fim do prazo de **Testes de operação**, confeccionar e assinar o **Termo de Recebimento Definitivo**, da instalação, da configuração e dos serviços prestados, e encaminhar ao Gestor do Contrato;

7.1.8. Para efeito de recebimento mensal provisório dos **Serviços afetos a Solução, com o devido Suporte Técnico Especializado, e demais obrigações**, ao final de cada período mensal, o Fiscal Técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em **Relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato** (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017);

7.1.9. O relatório citado no subitem anterior é o **Relatório Mensal de Avaliação de Serviços, elaborado** conforme o contido no item 8.2 – Controles Administrativos, deste Termo de Referência;

7.1.10. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelos Fiscais Técnico e Requisitante;

7.1.11. No prazo de **até 10 (dez) dias úteis** a partir do recebimento provisório dos serviços, os Fiscais Requisitante e Técnico do Contrato deverão providenciar o **recebimento definitivo**, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.1.11.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções; e

7.1.11.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.1.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;

7.1.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

7.1.14. O Gestor do Contrato emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto;

7.1.15. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da vencedora do certame pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto;

7.1.16. O descumprimento dos prazos sujeitará a vencedora do certame à penalidades, conforme especificado neste termo;

7.1.17. Caso se veja impossibilitada de cumprir o prazo estipulado para a disponibilização da Solução, incluindo sua instalação e configuração, a vencedora do certame deverá apresentar, até a data de vencimento fixada, justificativas escritas e devidamente comprovadas, apoiando o pedido de prorrogação em um ou mais dos seguintes fatos:

7.1.17.1. Ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e

7.1.17.2. Impedimento decorrente de fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

7.1.18. A CONTRATANTE poderá acatar o pedido de prorrogação por até igual período não se admitindo reajuste posterior ainda que justificado.

7.2. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 19, INCISO II)

7.2.1. Controles Administrativos Referentes ao Objeto:

7.2.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer, no ato da assinatura do contrato, para as manutenções preventivas, um cronograma anual pré-estabelecido indicando as datas das visitas técnicas, **as quais deverão ocorrer, no mínimo, mensalmente**, bem como as atividades que serão desenvolvidas;

7.2.1.2. Serão permitidas alterações no cronograma e no período das manutenções programadas, que serão realizadas em comum acordo entre as partes, devendo os casos conflitantes serem solucionados pelo Gestor do Contrato;

7.2.1.3. O cronograma deverá contemplar, exclusivamente, dias úteis, no horário comercial;

7.2.1.4. Mensalmente, **até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente** ao da efetiva prestação dos serviços, para efeito de verificação dos **níveis mensais de serviços prestados**, a CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE o **Relatório de Prestação de Serviços**, documento com o detalhamento e a descrição dos serviços prestados, com possibilidade de solicitação de filtros, por período, contemplando, no mínimo, as seguintes opções:

a) Relatório do total de chamados recebidos, agrupados por tipo de problema;

b) Relatório sumarizado dos atendimentos efetuados pelo Suporte Técnico agrupado conforme avaliados pelos usuários; e

c) Relatório dos chamados recebidos, contendo o tempo de atendimento, o técnico responsável, problema e os procedimentos executados.

7.2.1.5. O Fiscal Técnico elaborará e enviará ao Gestor do contrato, em até 03 (três) dias úteis após a entrega do Relatório de Prestação de Serviços, o **Relatório Mensal de Avaliação de Serviços** que deve ser encaminhado ao Gestor do Contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017);

7.2.1.6. Constatando-se alguma incorreção nos documentos gerados pela CONTRATADA ou qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, como valores em desacordo com o previsto na Proposta Comercial e com os descontos devidos por não cumprimento dos indicadores acordados, a CONTRATANTE deverá devolver, em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a fatura justificando por meio de ofício, o motivo pelo não pagamento, com subsídios que possibilite a CONTRATADA corrigir o erro. O prazo para pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

7.2.1.7. O **Relatório Mensal de Avaliação de Serviços** será encaminhado à CONTRATADA para a emissão da Nota Fiscal / Fatura referente aos serviços prestados;

7.2.1.8. O conteúdo das Notas Fiscais / Faturas deverão estar em consonância com o **Relatório Mensal de Avaliação de Serviços** do mês de referência;

7.2.1.9. A Nota Fiscal (Fatura), relativa aos serviços efetivamente executados no mês, emitida pela CONTRATADA, será atestada pelo Gestor do contrato e encaminhada juntamente com o **Relatório de Prestação de Serviços e o Relatório de Avaliação** para a área financeira efetuar o pagamento;

7.2.1.10. O MD se reserva o direito de, a qualquer momento, promover alterações nos modelos de relatórios, que deverão ser ajustados pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos; e

7.2.1.11. O MD poderá solicitar o acréscimo de um relatório customizado para apresentação mensal a cada 6 (seis) meses de contrato.

7.2.2. Controle e Fiscalização da Execução

7.2.2.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE,

especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 10 do Decreto nº 9.507, de 2018;

7.2.2.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

7.2.2.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

7.2.2.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, I, ambos da IN nº 05/2017;

7.2.2.5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.2.2.6. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

7.2.2.7. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.2.2.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.2.2.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

7.2.2.10. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Apêndice I – Especificações Técnicas - item 5.2 - Tabela 1, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.2.11. A utilização do Apêndice I – Especificações Técnicas - item 5.2 - Tabela 1 não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

7.2.2.12. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

7.2.2.13. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

7.2.2.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

7.2.2.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

7.2.2.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

7.2.2.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

7.2.2.18. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso; e

7.2.2.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3. DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS - (IN. 01/2019. ART 19, INCISO I)

7.3.1. A CONTRATADA deverá substituir quaisquer peças ou componentes defeituosos que foram instalados sob a sua responsabilidade, excetuando-se aqueles fornecidos pela CONTRATANTE, em um **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** após o primeiro atendimento relativo ao chamado, de maneira que a solução volte a operar normalmente no ambiente dos *hubs* e TS;

7.3.2. A CONTRATADA, após a realização dos serviços de manutenção, deverá apresentar um **Relatório de Visita**, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, as providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado por responsável da CONTRATANTE;

7.3.3. Um chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação da CONTRATANTE, de maneira que o término do atendimento se dê com a disponibilidade da Solução contratada para uso, em perfeitas condições de funcionamento, no local onde a mesma está instalada;

7.3.4. Sempre que os tempos de início efetivo de atendimento e de solução não forem cumpridos, bem como surgir qualquer outra situação irregular, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA de tal fato para que tome as devidas providências; e

7.3.5. Os indicadores previstos são:

7.3.5.1. Não se aplica.

7.3.6. Níveis de Severidade

7.3.6.1. Não se aplica.

7.4. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

7.4.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.4.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.4.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

7.4.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

7.4.1.5. cometer fraude fiscal; e

7.4.1.6. não manter a proposta.

7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.4.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.4.2.2. **Multas, Moratória** (de caráter sancionatório, que objetiva penalizar o atraso) e **Compensatória** (de caráter indenizatório, sendo uma prefixação de indenização por perdas e danos), na forma abaixo especificada:

a) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) Multa compensatória de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia contratual (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

d) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

e) Multa compensatória de 1% a 4% por dia sobre o valor do desembolso da Tarefa, conforme detalhamento constante da Tabela 8; e

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1% ao dia sobre o valor do desembolso da Tarefa
2	1,2% ao dia sobre o valor do desembolso da Tarefa
3	1,6% ao dia sobre o valor do desembolso da Tarefa
4	2,4% ao dia sobre o valor do desembolso da Tarefa
5	4% ao dia sobre o valor do desembolso da Tarefa

Tabela 8 - Grau de Gravidade e Percentual das multas

f) A inexecução das obrigações assumidas especificadas na Tabela 9, cujo rol não é exaustivo, será aplicado o percentual de multa em concordância com a gravidade apresentada na Tabela 8 da subcláusula anterior.

INFRAÇÃO
DESCRIÇÃO
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;
Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;
Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; e
Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia.
Para os itens a seguir, deixar de:
Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;
Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;
Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;
Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por dia;
Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;
Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA;
Cumprir o Prazo Máximo para Início do Atendimento com grau de severidade Programada ;
Cumprir o Prazo Máximo para Início do Atendimento com grau de severidade Rotina ;
Cumprir o Prazo Máximo para Início do Atendimento com grau de severidade Urgente ;
Cumprir o Prazo Máximo para Início do Atendimento com grau de severidade Crítico ;
Cumprir o Prazo Máximo para Solução com grau de severidade Programada ;
Cumprir o Prazo Máximo para Solução com grau de severidade Rotina ;
Cumprir o Prazo Máximo para Solução com grau de severidade Urgente ;
Cumprir o Prazo Máximo para Solução com grau de severidade Crítico ;

Tabela 9 - Nível de Gravidade de inexecução das obrigações assumidas

7.4.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

7.4.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas, pelo prazo de até dois anos;

7.4.2.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

a) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.4.1 deste Termo de Referência.

7.4.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

7.4.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.4.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.4.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

7.4.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

7.4.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia contratual, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

7.4.6.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

7.4.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

7.4.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;

7.4.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

7.4.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público; e

7.4.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5. DO PAGAMENTO - (IN. 01/2019, ART. 19, INCISO V)

7.5.1. O pagamento será efetuado de **forma percentual** para o fornecimento da Solução conforme regras previstas neste Termo, após o recebimento por parte do Gestor do Contrato realizado com base no **Relatório Mensal de Avaliação de Serviços** prestados no período, nos termos do contido no subitem 7.2.1 - Controles Administrativos, e após o recebimento.

7.5.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE até o **vencimento da fatura, que deve ser o último dia útil do mês subsequente ao mês faturado**, após a apresentação da nota fiscal e/ou nota fiscal eletrônica de serviços, ou de acordo com a data constante na Nota Fiscal, ou no boleto de pagamento, correspondentes ao serviço executado no mês anterior e atestado formalmente pela **CONTRATANTE**;

7.5.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço;

7.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.5.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26/4/2018.

7.5.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como;

7.5.5.1. o prazo de validade;

7.5.5.2. a data da emissão;

7.5.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.5.5.4. o período de prestação dos serviços;

7.5.5.5. o valor a pagar; e

7.5.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.5.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada;

7.5.7.1 não produziu os resultados acordados;

7.5.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

7.5.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.5.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.5.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

7.5.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

7.5.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.5.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

7.5.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

7.5.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.5.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber; e

7.5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- $I = (TX/100)/365$
- I = índice de atualização financeira;
- TX= Percentual de taxa de juros de mora anual;
- EM=Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e
- VP = Valor da parcela a ser paga.

8 – DA ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 20)

8.1.1. Após o Estudo Técnico Preliminar analisar as soluções para atender a demanda, optou-se como a mais adequada a contratação de empresa no mercado nacional. Assim, foram consultadas 5 (cinco) empresas, que apresentaram suas propostas para a ampliação, atualização dos *hubs* e TS e o provimento das modificações propostas para customizar o *software* de M&C, a saber: Pointer Telecom Ltda, Comtech, MS Telecom, Master, e RSA Engenharia;

8.1.2. Inicialmente, para composição do custo da licitação, levou-se em consideração uma única proposta que atendeu plenamente às necessidades desse Ministério. Porém, como o tempo da proposta expirou o prazo de validade da mesma, houve a necessidade de ser realizada uma nova consulta de preços para a confecção deste Termo de Referência;

8.1.3. Essa nova consulta teve como documento base o Apêndice I - Especificações Técnicas e, novamente, foram consultadas 5 (cinco) empresas para que apresentem suas propostas de Cotação Preliminar para a ampliação e atualização dos *hubs* e TS e o provimento das modificações propostas para customizar o *software* de M&C, a saber: Beta Telecom, Master, MS Telecom, RSA Engenharia e ST Engineering iDirect;

8.1.4. As Cotações Preliminares das empresas Beta Telecom, MS Telecom e ST Engineering iDirect não foram apresentadas, uma vez que estas informaram que não estão habilitadas a apresentar a Cotação Preliminar solicitada;

8.1.5. As Cotações Preliminares das empresas Master e a RSA Engenharia apresentaram valores muito discrepantes, não sendo factível estabelecer um valor médio. Portanto, para efeito de custo da contratação levou-se em consideração apenas a Cotação Preliminar de menor custo, apresentada pela empresa RSA Engenharia e descrita na Tabela 9 do Termo de Referência, uma vez que o orçamento apresentava valores cotados para o item 4 - Customização do *Software* de M&C nos *hubs* X1 e X3 continham valores considerados desarrazoados ou evidentemente inexequíveis que poderiam distorcer os resultados das pesquisas efetuadas;

8.1.6. Porém, de acordo com o Despacho 305, o Coordenador de Licitações solicitou ao Núcleo de Pesquisa de Preços realizar a estimativa de custo da referida contratação para a Modernização e Ampliação de capacidade dos Hubs X1 e X3 da Rede Operacional de Defesa (ROD), com a finalidade de obter mais propostas junto as empresas do ramo e adequar a estimativa de preço da contratação feita pelo Equipe de Planejamento da Contratação a metodologia constante da Orientação Normativa N° 6/DEADI/SEORI/SG/MD, de 09 de agosto de 2018;

8.1.7. Diante desta determinação, o Núcleo de Pesquisa de Preços realizou uma ampla pesquisa de preços no mercado, onde resultaram mais dois orçamentos, além de atualizar os orçamentos anteriores apresentados pelas empresas Master e RSA Engenharia, conforme descritos na Pesquisa Parâmetros IV - Propostas;

8.1.8. Através do Despacho 227, foi solicitado a Equipe de Planejamento da Contratação que os valores constantes na Tabela 10 do Termo de Referência fossem compatibilizados com o Mapa Comparativo dos Preços;

8.1.9. Essa compatibilização de valores foi transcrita na Tabela 10 do Termo de Referência;

8.1.10. A fim de cumprir as recomendações do Parecer 573//2020/CONJUR-MD/AGU foi confeccionado o Despacho 216, que em seu item 113 cumpre a recomendação de adequar os orçamentos de forma a discernir sobre os orçamentos efetivamente aptos a comporem a planilha de preços. Dessas forma, a Equipe de Planejamento da Contratação verificou que ao ser confeccionado o Mapa Comparativo de Preços, erroneamente, levou-se em consideração a proposta da empresa Master que já havia sido desconsiderada através do Informe 2.

8.1.11. Assim, a Tabela 10 do Termo de Referência foi reformulada conforme apresentado na Tabela 10:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID.	QTD.	PARAMETRO IV (PREÇO UNITÁRIO)			PREÇO
						RSA ENGENHARIA (R\$)	POINTER (R\$)	BETATELECOM (SYYS) (R\$)	
1	1	Ampliações e Atualizações dos hubs X1 e X3	26492	Serviço	2	540.000,00	1.350.000,00	655.615,83	5'
	2	Atualizações do hub Ku	26492	Serviço	1	210.000,00	462.000,00	246.834,04	2'
	3	Atualizações e Comissionamento dos TS	26492	Serviço	107	9.500,00	24.950,00	5.440,60	'
	4	Customização do Software de M&C nos hubs X1 e X3	26492	Serviço	2	360.000,00	892.000,00	2.394.696,37	8'
O CUSTO TOTAL DESTA CONTRATAÇÃO POSSUI O VALOR DE									

Tabela 10 - Custo da Contratação.

9 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – (IN. 01/2019, ART. 21)

9.1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - (IN. 01/2019, ART. 21, INCISO I)

9.1.1. A despesa decorrente do objeto deste Termo de Referência correrá no presente exercício, à conta da seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Geral da União:

9.1.1.1. ORGÃO/UNIDADE: 52101

9.1.1.2. UGR: 110404 – Departamento de Administração Interna do MD

9.1.1.3. PTRES: 085631 – Manutenção do SISCOMIS

9.1.1.4. FONTE: 100

9.1.1.5. AÇÃO: 20X5 – Comando e Controle da Defesa Nacional

9.1.1.6. PROGRAMA: 2058 – Política Nacional de Defesa

9.1.1.7. Natureza de Despesa: descrita conforme a Tabela 11 - Dotação Orçamentária

Item	Descrição
01	Serviço de instalação e configuração de equipamentos adquiridos no mercado internacional para os hubs X1 e X3, de atualização de licenças adquiridas para os modems do TS, bem como a customização do software de M&C nos hubs X1 e X3.

Tabela 11 - Dotação Orçamentária

9.2. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO - (IN. 01/2019, ART. 21, INCISO II)

9.2.1. Após as ações de instalação, configuração e testes do serviço contratado e não havendo pendências, a Comissão de Fiscalização emitirá, em até 7 (sete) dias úteis após o fim dos testes, atestando que o serviço e a capacitação atendem aos requisitos técnicos de funcionamento estabelecidos neste Termo de Referência. Ressalta-se que o recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto contratado. A partir da emissão atestando, dar-se-á o início a garantia do serviço;

9.2.2. A Tabela 12 apresenta o cronograma de execução geral da contratação considerando os tempos máximos previstos;

ITEM	EVENTO	DATA LIMITE
1	Assinatura do Contrato de prestação do serviço objeto deste Termo de Referência	Dia X
2	Reunião Inicial	Item 1 + 10 (dez) dias corridos
3	Prontificação da elaboração do plano de trabalho da execução do objeto contratado	Item 2 + 5 (cinco) dias úteis
4	Entrega do serviço objeto contratado	Item 3 + 360 dias corridos
6	Aceitação e emissão do Termo de Recebimento Provisório	Item 4+ dias corridos
7	Testes de aceitação	Item 6 + de 1(um) até 30 (trinta) dias corridos
8	Recebimento definitivo	Item 7 + 7 (sete) dias úteis da conclusão do
9	Encerramento da contratação	Após o término do período contratado, considerando as prorrogações

Tabela 12 - Cronograma Geral de Execução da Contratação

9.2.3. O cronograma Físico-Financeiro está descrito no Apêndice I - Especificações Técnicas - subitem 5.2.1 - Tabela 1.

10 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, somente com a finalidade de manter o suporte ao item 4.11, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993;

10.2. A contagem dos meses e anos, para fins de contagem de prazos contratuais, deve se dar de data a data, de modo que se iniciem no mesmo dia em que foi assinado o contrato até o dia de igual número, e, caso não haja correspondência, no dia imediatamente posterior;

10.3. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público;

10.4. A adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência;

10.5. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com Aviso de Recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento;

10.6. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração;

10.7. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo; e

10.8. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a CONTRATADA deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no Edital.

11 – DO REAJUSTE DE PREÇOS (QUANDO APLICÁVEL) – (IN. 01/2019 ART. 24)

11.1. O preço consignado no contrato, será admitido o reajuste de preços dos serviços contratados, nos termos do art. 24 da Instrução Normativa ME nº 1/2019, e parágrafo 1º do art. 61, da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, pela variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) — divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/icti/>.

12 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – (IN. 01/2019 art. 23)**12.1. REGIME, TIPO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO**

12.1.1. De acordo com o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO**; e

12.1.2. A presente contratação adotará como regime de execução de Empreitada por Preço Global, considerando que é de interesse da Administração que seja entregue tudo aquilo que compõe as partes da solução a ser contratada.

12.2. DA JUSTIFICATIVA PARA A APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E MARGENS DE PREFERÊNCIA

12.2.1. Não aplicável.

12.3 DOS CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA A HABILITAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 23, INCISO IV)

12.3.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar o atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, de acordo com o Apêndice VI - Modelo Declaração de Visita Técnica **OU** declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com o Ministério da Defesa, na forma do Apêndice VII - Modelo Condições e Peculiaridades;

12.3.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento dos serviços em características da solução objeto deste Termo de Referência, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com os itens pertinentes, por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

12.3.3. No(s) Atestado(s) devem estar explícitos:

12.3.3.1. CNPJ e nome da licitante;

12.3.3.2. A identificação da pessoa jurídica que está fornecendo o Atestado;

12.3.3.3. A especificação dos serviços executados; e

12.3.3.4. Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão.

12.3.4. Poderá ser necessário diligenciar a Pessoa Jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o serviço prestado.

12.4 DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

12.4.1. Capacidade Técnico-Profissional

12.4.1.1. Conforme item 5.1.22.

12.5 DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

12.5.1. Requisitos da Proposta

12.5.1.1. A proposta deverá ser definida a partir do Apêndice I – Especificações Técnicas;

12.5.1.2. A proposta dos licitantes deverá ser apresentada de acordo com o modelo do Apêndice V – Modelo de Proposta de Preços;

12.5.1.3. O proponente deverá apresentar proposta de preço baseada em suas estimativas de custos; e

12.5.1.4. Os preços deverão ser expressos em Reais (R\$) e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos a esta contratação.

12.5.2. Requisitos Técnicos

12.5.2.1. Os estudos preliminares indicam que a forma de contratação que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência é a realização de processo licitatório próprio com vistas a adquirir os serviços que atendam às especificações técnicas constantes no Apêndice I – Especificações Técnicas.

12.6. DO SERVIÇO DE NATUREZA COMUM

12.6.1. Os serviços a serem prestados enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555/2000, e preferencialmente na forma eletrônica de acordo com o Decreto nº 10.024/2019, tendo suas características objetivamente definidas por padrões de desempenho e qualidade usuais praticadas no mercado.

13 – DA VISTORIA

13.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dia útil, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 11:30 horas e das 14:00 horas às 17:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3312-4159 (Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação), ou pelo telefone (61) 3312-4193 (Chefe da Seção Técnica da Subchefia de Comando e Controle (SC-1.3)), podendo sua realização ser comprovada por:

13.1.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme Apêndice VI - Modelo Declaração de Visita Técnica, emitida pelo licitante atestando que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local; **OU**

13.1.2. Caso opte por não realizar a vistoria, o licitante deverá apresentar uma declaração, conforme Apêndice VII - Modelo Condições e Peculiaridades, onde ateste que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros não podendo embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrente.

13.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

13.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

13.3.1. É permitido que eventuais vistorias possam ser realizadas por qualquer preposto da licitante, a fim de ampliar a competitividade do certame.

13.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes;

13.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

13.6. É de responsabilidade exclusiva da empresa licitante a observância dos prazos supracitados e o agendamento da vistoria com a antecedência necessária à sua realização, não podendo alegar insuficiência de prazo para a sua realização;

13.7. A vistoria só será iniciada após a devida identificação do representante da empresa junto ao servidor designado do Ministério da Defesa;

13.8. A vistoria não é onerosa, todavia as despesas decorrentes da vistoria correrão por conta da licitante. No caso de a sede da empresa localizar-se fora do Distrito Federal, a licitante poderá indicar formalmente um representante legal para representá-la;

13.9. A vistoria facultativa não cria condições restritivas à competitividade, tendo por finalidade, tão-somente, franquear a oportunidade para que os licitantes exerçam o direito ao exame *in loco*, já que nas fases licitatória e contratual, não poderão alegar o desconhecimento de condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas;

13.10. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação. Os licitantes devem estar cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, sendo de responsabilidade da licitante a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação da solução; e

13.11. As vistorias serão sempre realizadas com um licitante por vez, não sendo permitida a vistoria em grupo de empresas.

14 – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15 – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16 – DOS DOCUMENTOS ANEXOS

- 16.1. Seguem anexos a este Termo de Referência os seguintes documentos.
- 16.1.1. Apêndice I – Especificações Técnicas;
- 16.1.2. Apêndice II – Modelo do Termo de Compromisso;
- 16.1.3. Apêndice III – Modelo de Termo de Responsabilidade;
- 16.1.4. Apêndice IV – Modelo do Termo de Confidencialidade;
- 16.1.5. Apêndice V – Modelo da Proposta de Preços;
- 16.1.6. Apêndice VI – Modelo de Declaração de Visita Técnica;
- 16.1.7. Apêndice VII – Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições e Peculiaridades; e
- 16.1.8. Apêndice VIII – Estudo Técnico Preliminar.

17 – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO (IN. 01/2019, art. 12, §6º)

- 17.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 1322/DEADI/SEORI/SG-MD, de 26 de março de 2020.
- 17.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

ANEXO II do Edital

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES
NÚCLEO DE PREGÃO

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E A EMPRESA

A UNIÃO, por intermédio do Ministério da Defesa (MD) / Departamento de Administração Interna (DEADI), Coordenação de Licitações (COLIC) / Núcleo de Pregão (NUPREG), com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco “O”, sala 219, 2º andar, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70049-900, CNPJ nº 03.277.610/0001-25, neste ato representada pelo Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Organização Institucional, o Contra-Almirante (IM) ALEXANDRE CHAVES DE JESUS, nomeado pela Portaria nº 5.032/GM-MD, de 23/12/2019 (publicada no DOU nº 1, Seção 2 de 02/01/2020), delegação de competência advinda da Portaria nº 101/SEORI/SG, de 16/3/2016 (publicada no DOU nº 57, de 24/3/2016) e Portaria nº 1.836/SEORI/SG-MD, de 16/05/2018 (publicada no DOU nº 094, de 17/05/2018), CPF nº 905.655.337-20, portador da Carteira de Identidade Militar nº 425125, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o) e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação para serviço de **instalação e configuração de equipamentos adquiridos pelo Ministério da Defesa (MD), no mercado internacional, para os hubs X1 e X3, bem como a atualização de licenças adquiridas para os modems dos hubs X1, X3, Ku e Terminais Satelitais (TS), e a customização do software de Monitoramento e Controle (M&C) nos hubs X1 e X3, contemplando serviço de instalação, configuração, testes, atualização e prestação de suporte técnico especializado, bem como capacitação e treinamento durante o período de vigência contratual**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO
CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, o prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, somente com a finalidade de manter o suporte ao item 4.11 do Termo de Referência, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- 3.1. O custo total desta contratação possui o valor de R\$...... (.....).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:
 - 4.1.1. Gestão/Unidade: 52101
 - 4.1.2. Fonte: 100
 - 4.1.3. Programa de Trabalho: 2058 – Política Nacional de Defesa
 - 4.1.4. Natureza de Despesa: 33.90.40-13 - Comunicação de Dados e Redes em Geral.
- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será efetuado de **forma percentual** para o fornecimento da Solução conforme regras previstas neste Termo, após o recebimento por parte do Gestor do Contrato realizado com base no **Relatório Mensal de Avaliação de Serviços** prestados no período, nos termos do contido no subitem 7.2.1 - Controles Administrativos, e após o recebimento.
- 5.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE até o **vencimento da fatura, que deve ser o último dia útil do mês subsequente ao mês faturado**, após a apresentação da nota fiscal e/ou nota fiscal eletrônica de serviços, ou de acordo com a data constante na Nota Fiscal, ou no boleto de pagamento, correspondentes ao serviço executado no mês anterior e atestado formalmente pela **CONTRATANTE**;
 - 5.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço;
- 5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 5.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26/4/2018.
- 5.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como;
 - 5.5.1. o prazo de validade;
 - 5.5.2. a data da emissão;
 - 5.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 5.5.4. o período de prestação dos serviços;
 - 5.5.5. o valor a pagar; e
 - 5.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 5.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada;
 - 5.7.1. não produziu os resultados acordados;
 - 5.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e
 - 5.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 5.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 5.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 5.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;
- 5.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

5.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

5.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

5.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

5.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber; e

5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- $I = (TX/100)/365$
- I = índice de atualização financeira;
- TX= Percentual de taxa de juros de mora anual;
- EM=Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e
- VP = Valor da parcela a ser paga.

6. CLÁUSULA SEXTA - REJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO RESTRITO

6.1. As diretrizes para a aplicação de eventuais reajustes de preços do objeto da aquisição estão descritas a seguir:

6.1.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 65º da Lei nº 8.666, de 1993;

6.1.2. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.2.1. Dentro do prazo de vigência do contrato, o reajuste deve ser automático e periodicamente realizado, de Ofício pela Administração Contratante, aplicando-se o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, ou de outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia pela CONTRATADA, a ser prestada no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do contrato, como condição para a celebração do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

7.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

7.1.2. Seguro-garantia; e

7.1.3. Fiança bancária.

7.2. o prazo previsto poderá ser prorrogado, por solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, formulada antes do final do prazo estabelecido e formalmente aceita pelo CONTRATANTE;

7.3. a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

7.4. o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.5. o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos aplicar sanções à CONTRATADA;

7.6. não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, como a responsabilidade por multas, nem tampouco a apresentação de fiança que não seja emitida por instituições bancárias credenciadas junto ao Banco Central do Brasil;

7.7. no caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal com correção monetária, mediante depósito identificado a crédito do CONTRATANTE;

7.8. caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

7.9. no caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar a expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

7.10. no caso de alteração do valor do contrato a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições;

7.11. se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada;

7.12. após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos ao CONTRATANTE;

7.13. a validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período da vigência do contrato, acrescida de 3 meses após o término contratual;

7.14. o uso da garantia poderá ser motivado por eventuais impropriedades detectadas durante o uso da solução, neste caso, caberá uma decisão conjunta, devidamente documentada, ressaltando os aspectos positivos ou imprescindíveis que justifiquem as correções. A documentação deverá ser atualizada para refletir eventuais mudanças realizadas;

7.15. a garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.15.1. prejuízo advindo do descumprimento do objeto do contrato e inadimplência das demais obrigações nele previstas;

7.15.2. prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.15.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e 7.15.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

7.16. o CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

7.16.1. caso fortuito ou força maior;

7.16.2. alteração unilateral das obrigações contratuais;

7.16.3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pelo CONTRATANTE; e

7.16.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores do CONTRATANTE.

7.17. não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item;

7.18. o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e aplicar sanções à CONTRATADA;

7.19. a garantia somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive no caso de aplicação de multa contratual e satisfação de prejuízos e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art. 56, §4º, da Lei nº 8.666/1993);

7.20. a garantia poderá ser estendida no caso de ocorrência de sinistro;

7.21. será considerada extinta a garantia:

7.21.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

7.21.2. no prazo de 3 meses, após o término da vigência, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

7.22. a garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

8. CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. Forma de Execução e Acompanhamento dos Serviços

8.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 10 do Decreto nº 9.507, de 2018;

8.1.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

8.1.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

8.1.4. Para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. SGD nº 01/2019 e suas alterações;

8.1.5. Caberá a **EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico;

8.1.6. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA;

8.1.7. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Órgão, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial; e

8.1.8. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

8.2. Fiscalização:

8.2.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 10 do Decreto nº 9.507, de 2018;

8.2.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

8.2.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

8.2.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, I, ambos da IN nº 05/2017;

8.2.5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.2.6. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

8.2.7. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.2.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.2.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

8.2.10. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Apêndice I – Especificações Técnicas - item 5.2 - Tabela 1., devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2.11. A utilização do Apêndice I – Especificações Técnicas - item 5.2 - Tabela 1 não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

8.2.12. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

8.2.13. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

8.2.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

8.2.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

8.2.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

8.2.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

8.2.18. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso; e

8.2.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São Obrigações da Contratante:

- 9.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 9.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 9.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 9.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 9.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 9.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 9.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 9.1.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.1.11. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.1.12. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.1.13. Efetuar o pagamento à vencedora do certame no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.1.14. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança da Administração e endereço de cobrança.
- 9.1.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.1.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.1.17. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.1.18. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto e notificações expedidas;
- 9.1.19. Nomear o Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 9.1.20. Receber o objeto do certame prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 9.1.21. Notificar por escrito à CONTRATADA a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa;
- 9.1.22. A CONTRATADA deverá, após a assinatura do contrato, disponibilizar profissionais habilitados a realizar as seguintes tarefas;
 - 9.1.22.1. Execução de Configuração em modem satélite;
 - 9.1.22.2. Instalação de acessórios em modem satélite;
 - 9.1.22.3. Execução e adequação de parâmetros da Cadeia de RF;
 - 9.1.22.4. Elaboração de *Script* em Roteadores CISCO, utilizando roteamento OSPF, QoS e *Call Manager Express*; e
 - 9.1.22.5. Experiência mínima de 02 (dois) anos em instalação, configuração e customização de equipamentos e *softwares* de *switching* e *routing*, com certificação Cisco *Certified Network Associate - Routing and Switching (CCNA-R&S)*.
- 9.1.23. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis; e
- 9.1.24. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela vencedora do certame com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da vencedora do certame, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. São Obrigações da Contratada:

- 9.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 9.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 9.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 9.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 9.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 9.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 9.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 9.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 9.2.9. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 9.2.10. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento e em seus apêndices, acompanhado da respectiva documentação, constando a: marca, fabricante, modelo, procedência, entre outras informações necessários ao pleno conhecimento dos materiais que compõem a Solução;
- 9.2.11. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para o correto funcionamento da Solução prevista no Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.2.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.2.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia contratual, exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.2.14. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.2.15. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos, quando aplicáveis: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 9.2.16. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.2.17. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 9.2.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.2.19. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.2.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 9.2.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram no Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.2.22. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 9.2.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.2.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.2.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.2.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 9.2.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.2.28. Acatar, nos termos do parágrafo 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93, as solicitações do CONTRATANTE para acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto contratado;
- 9.2.29. O MD não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- 9.2.30. Abster-se, de qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização da Contratante;
- 9.2.31. A CONTRATADA deverá demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações da Administração Central do Ministério da Defesa por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável;
- 9.2.32. Assinar o Termo de Compromisso, o Termo de Responsabilidade e o Termo de Confidencialidade, conforme anexo;
- 9.2.33. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.
- 9.2.34. A CONTRATADA será responsável pela substituição dos atuais roteadores CISCO 2900 por roteadores CISCO série 4000, que serão fornecidos pela CONTRATANTE. A substituição deverá prever a instalação física do equipamento e sua configuração lógica;
- 9.2.35. A CONTRATADA será responsável por alterar as atuais comunicações via V.35, entre os 20 (vinte) modems CDM-625 e 02 (dois) Roteadores CISCO 2900, dos *hubs* X1 e X3, de forma que sejam substituídas por conexões via porta *Ethernet*. Os módulos *switches* com portas *Ethernet* para os roteadores CISCO série 4000 serão fornecidos pela CONTRATANTE, porém a instalação física, lógica e as alterações de *Script* dos Roteadores serão da responsabilidade da CONTRATADA;
- 9.2.36. A CONTRATADA será responsável por instalar completamente os novos 15 (quinze) modems CDM-625, em cada *hub*, aos seus respectivos Roteadores CISCO série 4000 e *Splits* Dinâmicos de Dados, via porta *Ethernet*. Essa instalação abrange toda a instalação física e configuração lógica. A escrita

dos *Scripts* dos Roteadores e *Switches* serão fornecidas pela CONTRATANTE. Na ausência de porta *Ethernet* disponível nos roteadores deste *hub*, a CONTRATADA poderá utilizar um *Switch* para concluir a instalação;

9.2.37. A CONTRATADA deverá adequar os parâmetros da cadeia de RF após a incorporação dos novos 15 (quinze) modems em cada *hub*;

9.2.38. A CONTRATADA deverá atualizar e configurar todos os modems CDM-625 dos *hubs* X1, X3 e Ku, com *modcod* para operar em *Carrier-In-Carrier* visando obter uma melhor Eficiência Espectral;

9.2.39. A CONTRATADA será responsável por instalar completamente as atualizações das licenças nos modems existentes no *hub* Ku e prover o *Split* Dinâmico de Dados, via porta *Ethernet*. Esta ação abrange toda a instalação física e configuração lógica. A escrita dos *Scripts* dos Roteadores e *Switches* serão fornecidas pela CONTRATANTE;

9.2.40. A CONTRATADA será responsável pela substituição do atual roteador CISCO 2900 pelo roteador CISCO série 4000, que será fornecido pela CONTRATANTE. A substituição deverá prever a instalação física do equipamento e sua configuração lógica;

9.2.41. A CONTRATADA será responsável por alterar as atuais comunicações V.35, entre os 10 (dez) modems CDM-625 e o Roteador CISCO 2900, do *hub* Ku, de forma que sejam substituídas por conexões via porta *Ethernet*. O módulo *switch* com portas *Ethernet* para o Roteador CISCO série 4000 será fornecido pela CONTRATANTE, porém a instalação física, lógica e as alterações de *Script* do Roteador será da responsabilidade da CONTRATADA. Na ausência de porta *Ethernet* disponível nos roteadores deste *hub*, a CONTRATADA poderá utilizar um *Switch* para concluir a instalação;

9.2.42. A CONTRATADA deverá atualizar e configurar cada modem CDM-625 dos TS, a fim de permitir o tráfego de dados e gerenciamento pela porta *Ethernet* e possuir *modcod* para operar em *Carrier-In-Carrier*;

9.2.43. A CONTRATADA deverá substituir a comunicação atual, por meio da porta serial V.35, entre o modem COMTECH do TS o seu Roteador CISCO por conexão via porta *Ethernet*. Esta ação abrange toda a instalação física e configuração lógica;

9.2.44. A CONTRATADA, após realizar todas as alterações e atualizações no modem de um TS deverá estabelecer enlace com os *hubs* X1 e X3 (banda X) ou com o *hub* Ku (banda Ku), realizando os respectivos Testes de Comissionamento para verificar a qualidade de integração de Voz, Dados e Vídeo (Videoconferência);

9.2.45. A CONTRATADA deverá seguir as orientações para os comissionamentos dos TS contidas no Apêndice I - Especificações Técnicas;

9.2.46. Caso o TS esteja equipado com modem COMTECH, modelos CDM-570 ou CDM-600, a CONTRATADA poderá ter que substituí-lo pelo modelo CDM-625, fornecido e a critério da CONTRATANTE; e

9.2.47. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários para as modificações no *software* de M&C dos *hubs* X1 e X3, ou seja, deverá fornecer todos os *hardwares*, inclusive os servidores, *softwares*, licenças, gabinetes, cabecamentos estruturados e identificações; e

9.2.48. A CONTRATADA deverá manter uma estrutura de suporte, no período compreendido pela garantia contratual, para sanar eventuais problemas (*bugs*) ou melhorias, identificados no decorrer da operação do *software* de M&C customizado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal; e

10.1.6. não mantiver a proposta.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2. **Multas, Moratória** (de caráter sancionatório, que objetiva penalizar o atraso) e **Compensatória** (de caráter indenizatório, sendo uma prefixação de indenização por perdas e danos), na forma abaixo especificada:

a) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) Multa compensatória de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia contratual (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

d) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

e) Multa compensatória de 1% a 4% por dia sobre o valor do desembolso da Tarefa, conforme detalhamento constante da Tabela 7; e

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1% ao dia sobre o valor do desembolso da Tarefa
2	1,2% ao dia sobre o valor do desembolso da Tarefa
3	1,6% ao dia sobre o valor do desembolso da Tarefa
4	2,4% ao dia sobre o valor do desembolso da Tarefa
5	4% ao dia sobre o valor do desembolso da Tarefa

Tabela 7 - Grau de Gravidade e Percentual das multas

f) A inexecução das obrigações assumidas especificadas na Tabela 8, cujo rol não é exaustivo, será aplicado o percentual de multa em concordância com a gravidade apresentada na Tabela 7 da subcláusula anterior.

INFRAÇÃO
DESCRIÇÃO
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;
Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;
Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; e
Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia.

Para os itens a seguir, deixar de:

Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;
Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;
Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;
Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e
Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;
Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA;
Cumprir o Prazo Máximo para Início do Atendimento com grau de severidade Programada ;
Cumprir o Prazo Máximo para Início do Atendimento com grau de severidade Rotina ;
Cumprir o Prazo Máximo para Início do Atendimento com grau de severidade Urgente ;
Cumprir o Prazo Máximo para Início do Atendimento com grau de severidade Crítico ;
Cumprir o Prazo Máximo para Solução com grau de severidade Programada ;
Cumprir o Prazo Máximo para Solução com grau de severidade Rotina ;
Cumprir o Prazo Máximo para Solução com grau de severidade Urgente ;
Cumprir o Prazo Máximo para Solução com grau de severidade Crítico ;

Tabela 8 - Nível de Gravidade de inexecução das obrigações assumidas

10.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

10.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas, pelo prazo de até dois anos;

10.2.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

a) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.4.1 do Termo de Referência.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

10.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

10.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia contratual, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

10.6.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

10.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

10.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;

10.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

10.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público; e

10.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1. É eleito o Foro da para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., de..... de 20....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-